

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

Adverso

Jornal da Adufrgs nº 136 - Agosto/2005



ÔNIBUS

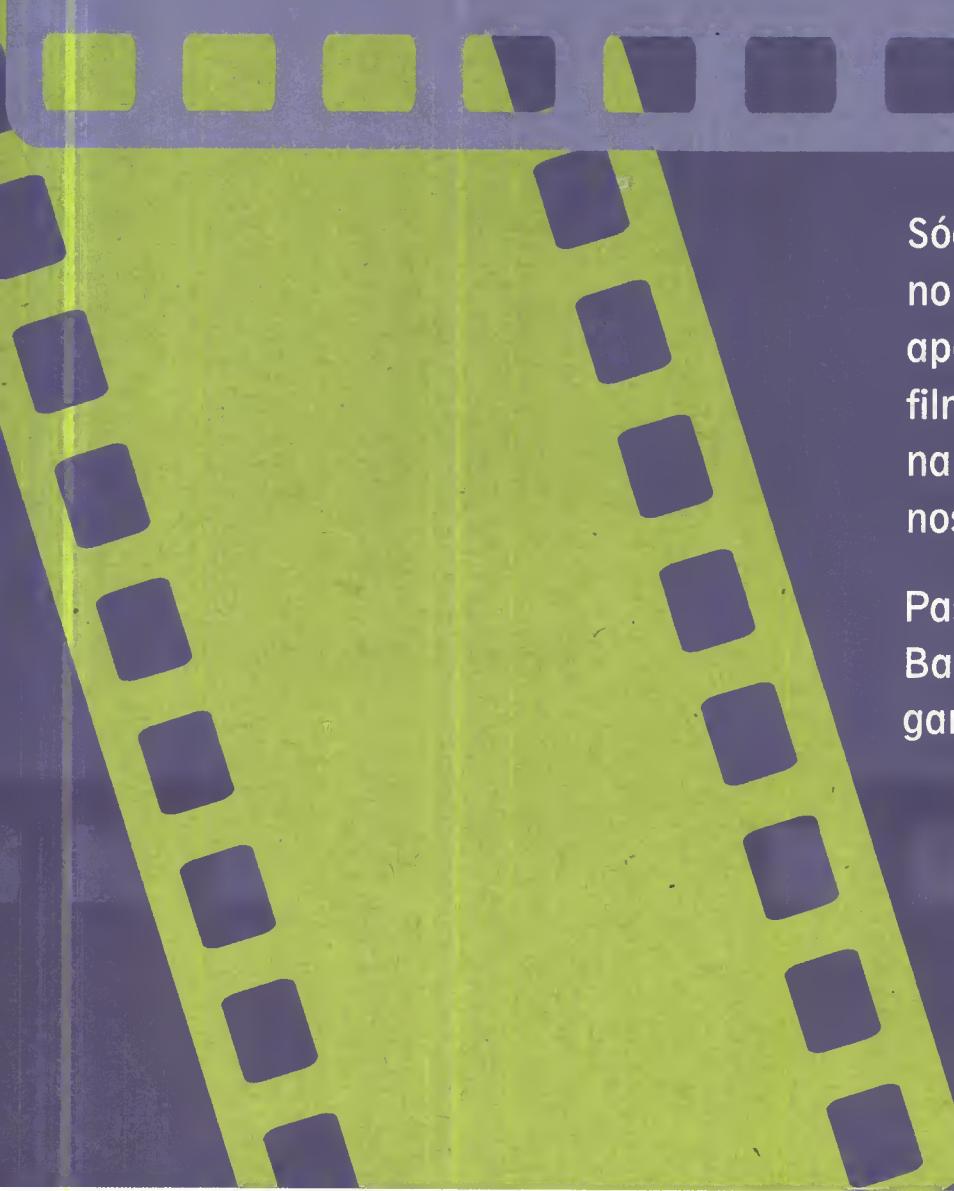
Estações em Trânsito

Retratadas por Leonardo Melgarejo, as estações do ano nas paradas de ônibus de Porto Alegre são tema de exposição itinerante.

ADUFRGS VAI AÇÃOAR JUSTIÇA PARA EXECUÇÃO DOS 28,86%

Assessoria Jurídica convoca docentes a apresentarem documentos necessários para dar andamento à ação.

A ADUFRGS DÁ DESCONTOS QUE SÃO COISA DE CINEMA



Sócio da Adufrgs tem desconto no cinema todos os dias. Por apenas R\$ 6,00 você assiste os filmes da rede GNC e Arteplex na hora que escolher, inclusive nos finais de semana e feriados!

Passe na Adufrgs da Cidade Baixa ou Campus do Vale e garanta já seu ingresso.

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva
2º secretário: Mauro Silveira de Castro
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
1ª suplente: Regina Rigatto Witt
2º suplente: João Vicente Silva Souza

ADverso

Publicação mensal impressa em papel
Reciclato 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

Reportagem: Maricélia Pinheiro, Nara Branco (6470/80) e Zaira Machado (RJP 7812)
Ilustrações: Carlos Emmanuel
Projeto gráfico: Fabrícia Osanai
Diagramação: Mario Guerreiro
Fotos capa e contra-capa: Leonardo Melgarejo

04 50º Conad**05** Prestação de Contas**06** Entrevista**JUÇARA MARIA DUTRA VIEIRA**

(presidente da CNTE)

"Conversão é uma estratégia para aumentar investimento"



Clarissa Pont

08 Mova: para onde vão as borboletas?**10** Artigo: Centenário
Erico Verissimo**12** Vida no Campus**14** Ação Judicial

Depois de ganhar na Justiça o direito a reajuste de 28,86%, concedido aos militares em 1993 e estendido posteriormente aos servidores do Legislativo e do STF, Adufrgs está buscando a execução da sentença.

17 Campanha Salarial**18** Artigo: Os 100 anos da Relatividade**20** Artigo: Movimentos Sociais**22** WWW**23** Orelha**24** Hipermídia**26** Observatório**27** A História de Quem Faz

A ERA DAS INDEFINIÇÕES



Este ADverso surge em um momento difícil. Momento em que mais uma vez a Adufrgs se coloca face ao dilema da greve. Sem grandes respostas por parte do Governo Federal às reivindicações salariais dos docentes, apesar de quase oito meses de diálogo no GT MEC, muito pouco avançaram as negociações, visto que a única palavra conclusiva dos representantes do MEC era a da ausência de previsão orçamentária para a concessão de reajuste em 2005.

Como é possível aceitar tal postura quando sabemos que a economia do governo neste semestre bate na casa de dezenas de bilhões de reais? Esta política de *superávit* primário elevado e de juros estratosféricos sufocam todas as possibilidades de atendimento das demandas sociais e é necessário que os docentes reflitam sobre qual caminho querem seguir. Por muitas razões não entramos em greve depois da histórica greve de 108 dias em 2001. Não será chegada a hora de paralisarmos as atividades para demonstrar a Lula que a Universidade não aceita este descaso, ainda mais em um momento de crise ética por parte dos parlamentares e de setores do governo?

Só o que se ouve falar são milionários empréstimos com recursos cuja origem desconhecemos e cujo destino não parece ser o mais honesto e transparente.

Os brasileiros, e nós docentes em particular, exigimos que todas as denúncias sejam profundamente apuradas. Não é possível que assistamos a este triste espetáculo sem que sua resolução seja uma profunda mudança na forma como se dirige o Brasil. As apurações devem ser sérias e isentas, pois um escuso aproveitamento político ou eleitoral não servirá em nada para o bom funcionamento das instituições democráticas. Todos que são culpados de atos ilícitos devem ser punidos, mas também não é hora nem de dólares e nem de moral de cuecas. O povo brasileiro, que nestes 20 anos de democracia inclusive já derrubou nas ruas um presidente, saberá com certeza distinguir o joio do trigo e soberanamente decidirá o futuro da Nação. Não abriremos mão um só instante da normalidade democrática no Brasil, pois nunca mais aceitaremos voltar aos momentos negros pelos quais a nação passou. Que o presidente, o governo e os partidos que o sustentam se expliquem convincentemente, e se não for possível só ao povo caberá seu julgamento. E quem tiver contas a prestar à Justiça que o faça.

Nesta edição falamos de música, da boa música que se faz na Ufrgs, pois a arte é das manifestações que o povo mais precisa para crescer como nação. Convidamos todos a ler e discutir a entrevista com a professora Juçara Vieira e a tese da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) de conversão da dívida em investimento para a educação, pois é deste tipo de alternativa ousada que o País precisa, onde a inteligência de seu povo é o caminho para o crescimento da Nação.

50º CONAD

ANDES, um passo à frente e dois para trás!

Fazer uma avaliação do 50º Conad (Conselho Nacional das ADs), o evento mais importante da Andes depois do Congresso, não passa, infelizmente, por um relato das discussões e dos debates sobre as grandes questões que envolvem a Universidade brasileira

por

Daniela Marzola Fialho

Eduardo Rolim de Oliveira

Maria Luiza Ambros von Holleben

Zuleika Carretta Corrêa da Silva*



No evento, realizado em Fortaleza em meados de julho, a Adufrgs foi representada por seu presidente, professor Eduardo R. de Oliveira, como delegado, e pelas professoras Daniela M. Fialho, Maria Luiza A. von Holleben e Zuleika C. C. da Silva, como observadoras.

Durante o encontro, não obstante as deliberações sobre Indicativo de Greve, não foram discutidas quais as alternativas de negociação salarial com o governo, nem a atual carreira docente ou uma proposta de nova carreira. A maioria dos delegados apenas reafirmou "posições históricas" da Andes.

Afora a decisão de convocar um Conad extraordinário, a ser realizado nos dias 20 e 21 de agosto, para aprovar um Projeto de Lei substitutivo para a Reforma do Ensino Superior, nada foi discutido sobre o Projeto real, aquele que o Governo vai mandar ao Congresso, aquele que todos os departamentos de todas as Universidades discutem há seis meses pelo menos. Aquela discussão que, aqui na Adufrgs, já levou à produção de vários documentos de análise e de propostas de mudanças encaminhadas ao MEC, pois em Assembléia Geral a Adufrgs decidiu corretamente que ainda que a Andes tenha decidido apenas "barra" a reforma

nós não nos furtaríamos a discuti-la e revisá-la.

Na realidade, a afirmação mais recorrente no Conad foi que "a Andes não segue a pauta do Governo" e, portanto, não discute seus projetos, apenas os contrapõe. Na nossa avaliação a Andes não tem alternativas de negociação para a carreira, ou para a incorporação das gratificações, apenas exige sempre o máximo pois aposta que é na "luta" que tudo será conquistado. É a tática do tudo ou nada.

Uma análise mais profunda do que significa a Andes hoje, leva-nos a considerar que ela não é mais uma associação e tampouco um sindicato. Mas, com certeza, é uma entidade com programa partidário e não sindical, conforme pode ser visto em extratos do Plano de Lutas aprovado em Fortaleza, com plataformas como a conquista de uma sociedade socialista, ou ações contra as políticas externas do País. Aqui não cabe qualquer juízo sobre os conteúdos destas e de outras propostas de ação política, todas legítimas, mas são plataformas de partidos políticos, que concorrem às eleições pelo sufrágio universal e são julgados pelo povo.

Não é este o papel de um Sindicato, que deve expressar a

pluralidade de sua base, e lutar efetivamente pela conquista dos direitos e interesses de seus sindicalizados, e negociá-los com o governo e com qualquer governo que o povo tenha escolhido. É direito do cidadão escolher seu partido político, mas o sindicato não é escolha individual, é de classe e, por isso deve ser apartidário.

Esta análise pode ser exemplificada naquela que talvez tenha sido a principal decisão deste Conad, em cuja votação o delegado da Adufrgs se absteve e declarou seu voto por escrito.

"A Andes deve ou não apresentar um Projeto de Lei Substitutivo de Reforma Universitária?"

Duas visões se enfrentaram no Conad. A primeira, apresentada por um grupo que defende que não se deve discutir nada, apenas barrar as reformas neoliberais de Lula e do FMI, e trabalhar apenas para constituir o Conlutas como uma Central Sindical capaz de dar suporte às mudanças revolucionárias. Estes eram contra fazer um Projeto de Lei, pois não querem debater com ninguém, quanto menos com o governo ou o Congresso Nacional.

A segunda posição foi majoritária e teve o apoio da Diretoria da Andes. Estes defendiam que a Andes deve aprovar no Conad extraordinário, um Projeto de Lei Substitutivo e apresentá-lo às bases de outras entidades e ao Congresso Nacional.

Por que entendemos que esta proposta parece um avanço, mas na realidade não é? Por que fomos levados a nos abster em questão tão importante?

Porque entendemos que esta é apenas uma tentativa desesperada de sair de um isolamento brutal em que a posição equivocada da atual diretoria colocou a Andes, que não consegue mais interlocução com nenhuma outra entidade, pois que todas discutiram ativamente o Projeto do MEC e negociaram suas reivindicações com o governo. É uma proposta enganosa, pois a atual direção da Andes não mudou suas posições, ela continua achando que a Autonomia da Universidade já está na Constituição, logo não precisa ser regulamentada, então para que propor e discutir uma reforma, se tudo está pronto? A Andes defende, também, que o governo revogue todas as mudanças que já foram feitas na área da educação. Nós até podemos ser contra o ProUni e a Lei de Inovação Tecnológica, mas qual a nossa proposta? A Andes não apresentou propostas, mas exige que o Governo aceite as suas "posições históricas".

Assim sendo, para concluir, cabe a reflexão: De que nos serve esta entidade, que tem uma estrutura antidemocrática que não acata qualquer modificação, onde as propostas são votadas por um só delegado por AD, independente do número de seus associados?

A proposta da Adufrgs, entidade com mais de 2.700 associados, de novas regras proporcionais para escolha de delegados foi simplesmente amassada, repudiada "em defesa das ADs pequenas", algumas com menos de 50 associados. De que serve este instrumento que está a serviço de correntes políticas que utilizam seus recursos materiais apenas para construir suas posições?

* Professores da Ufrgs e representantes da Adufrgs no Conad em Fortaleza, CE.

CONAD/FOO contabilidade e assessoria		ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64			
BALANÇETES – VALORES MENSAIS - 2005					
RUBRÍCAS / MESES	MAI				
ATIVO	2.784.831,58				
FINANCEIRO	2.495.677,61				
DISPONÍVEL	581.787,30				
CAIXA	300,63				
BANCOS	17,26				
APLICAÇÕES C/ LIQUIDEZ IMEDIATA	581.469,41				
REALIZÁVEL	1.913.890,31				
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.867.114,50				
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.867.114,50				
ADIANTAMENTOS	5.541,36				
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.541,36				
OUTROS CRÉDITOS	40.000,00				
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	40.000,00				
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES	1.234,45				
PRÉMIOS DE SEGURO A VENCER	1.234,45				
ATIVO PERMANENTE	289.153,97				
IMOBILIZADO	285.700,66				
BENS MÓVEIS	144.215,59				
BENS IMÓVEIS	248.811,89				
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	16.425,74				
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(123.752,56)				
DIFERIDO	3.453,31				
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48				
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(8.618,17)				
PASSIVO	2.556.090,85				
PASSIVO FINANCEIRO	31.189,50				
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	12.475,53				
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	9.477,60				
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00				
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	500,00				
CREDORES DIVERSOS	2.497,93				
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	18.713,97				
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	18.713,97				
SALDO PATRIMONIAL	2.524.901,35				
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.238.670,65				
SUPERÁVIT ACUMULADO	286.230,59				
ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS					
FOLHA 2					
RUBRÍCAS / MESES	MAI	ACUMULADO			
RECEITAS	161.335,60	744.140,48			
RECEITAS CORRENTES	111.482,76	556.610,36			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.482,76	556.610,36			
RECEITAS PATRIMONIAIS	33.794,14	145.937,71			
RECEITAS FINANCEIRAS	33.317,65	144.055,38			
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	476,49	1.882,33			
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICIAIS	15.005,70	37.391,71			
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	15.005,70	37.391,71			
OUTRAS RECEITAS	1.053,00	4.200,70			
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.053,00	4.145,50			
OUTRAS RECEITAS	0,00	55,20			
DESPESAS	107.668,32	515.399,75			
DESPESAS CORRENTES	107.668,32	515.399,75			
DESPESAS COM CUSTEIO	35.589,47	170.326,69			
DESPESAS COM PESSOAL	19.182,07	86.187,35			
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	3.185,96	14.974,92			
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.167,51	28.123,80			
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	694,23	6.895,22			
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.182,00	13.086,00			
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	555,00	2.954,51			
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.881,86	9.090,43			
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.707,43	8.853,44			
ENCARGOS FINANCEIROS	33,41	161,02			
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICIAIS	42.698,46	192.908,05			
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	808,98	7.631,52			
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	500,00	500,00			
DESPESAS COM VIAGENS	9.884,63	45.200,05			
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	160,00	8.974,60			
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	7.264,85	21.377,58			
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	17.320,00	75.241,22			
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	15.403,08			
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICIAIS	6.760,00	18.760,00			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.380,39	152.165,01			
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	23.865,91	119.062,24			
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	5.514,48	33.102,77			
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	53.667,28	228.740,73			
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	228.740,73	228.740,73			
EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA Presidente	NINO H. FERREIRA DA SILVA Contador - CRC-RS 14.418				

• • • • • Juçara Dutra Vieira • • • • •

“Conversão é uma estratégia para aumentar o investimento na educação”

Juçara Dutra Vieira é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e vice-presidente pela América Latina da Internacional da Educação, entidade internacional que reúne sindicatos e confederações dos cinco continentes. Graduada em Letras com especialização em Literatura e Língua Portuguesa, Juçara é professora da rede pública estadual

do Rio Grande do Sul e milita no movimento sindical há 20 anos. Até setembro, quando entrega o cargo, ela preside o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers/Sindicato). Nessa entrevista, ela fala sobre a conversão da dívida externa brasileira em investimentos na educação, idéia que surgiu na CNTE e vem ganhando apoio da sociedade e até de alguns setores do governo.

• • • • • por Maricélia Pinheiro • • • • •

Adverso – Quando foi lançada a campanha pela troca da dívida por educação e como está atualmente?

Juçara Dutra Vieira | A Campanha foi lançada no dia 14 de janeiro, durante a realização do 29º Congresso da CNTE, em ato público na Praça dos Três Poderes, quando protocolamos junto ao Palácio do Planalto documento solicitando ao governo que iniciasse tratativas institucionais imediatas para viabilizar a proposta e abrir negociações com os trabalhadores em educação para a discussão em torno do assunto. Conseguimos o apoio do ex-ministro Tarso Genro, que promoveu o debate dentro do governo. Neste período, o MEC realizou o lançamento do Comitê Social em favor da Conversão da Dívida e um seminário na Bolsa de Valores de São Paulo, no final de junho, que reuniu investidores, empresários e trabalhadores.

Adverso – Como se daria essa troca na prática?

Juçara | Nossa proposta converge para a criação de um Fundo Contravalor, o qual concentraria os recursos convertidos e os aplicaria em projetos ou programas públicos, seguindo as metas do Plano Nacional de Educação. Quanto ao mon-



“O Ministério da Fazenda defende a tese de que a proposta pode trazer inseguranças aos credores e afastar investidores, aumentando o risco país”

A VERDADEIRA DÍVIDA É COM A EDUCAÇÃO



tante da conversão, consideramos que deva se buscar negociação com todos os credores, inclusive junto àqueles contratos previamente impossibilitados de efetuar o mecanismo. Por se tratar de uma proposta inédita do ponto de vista de Brasil – até então nunca tínhamos nos considerado elegíveis a essa conversão – temos que além de apresentar nossa reivindicação, buscar ampliar ao máximo as negociações, tanto com os detentores da dívida contratual (organismos bilaterais e multilaterais ou governos), quanto com os da dívida mobiliária (agentes privados e pessoas físicas).

Adverso – Como tem sido o envolvimento do governo e qual a possibilidade de tornar essa troca viável?

Juçara | Como já disse, o ex-ministro Tarso Genro manifestou seu apoio à nossa campanha e buscou articular a proposta dentro do Governo, porém, encontramos obstáculos dentro do Ministério da Fazenda, que se defende com a tese de que a proposta pode trazer inseguranças aos credores e afastar investidores, aumento do risco país, dentre outros fatores que compõem o rol das especulações econômicas. Para tornarmos viável é importante o apoio declarado da sociedade e do próprio governo federal, já que este último é o interlocutor e negociador legítimo junto aos credores. Lançamos também o abaixo assinado em favor da campanha, com o intuito de obter um milhão de assinaturas até o final de 2005. O objetivo é dar força ao movimento a fim de cobrar um posicionamento mais firme do governo.

Adverso – Quais seriam os ganhos reais para a nação?

Juçara | Entendemos que a proposta, além de elevar os recursos para a educação, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino, compeensa, parcialmente, uma injustiça histórica, cometida ao longo de décadas – se não séculos – durante os quais o povo brasileiro não teve qualquer direito de opinar sobre a necessidade de se contrair esses empréstimos

nem sobre o destino que esse dinheiro deveria ter. Paralelamente, a medida garantiria o direito de acesso à educação para uma parcela significativa da sociedade, vítima de um modelo sócio-econômico excludente e voltado aos interesses do grande capital internacional.

Adverso – A meta do déficit nominal zero teria alguma influência sobre a troca?

Juçara | Do nosso ponto de vista as duas questões se opõem fortemente. A partir do momento que você assume o compromisso de pagar uma dívida, então é porque você pode, efetivamente, pagá-la. Partimos da compreensão de que os recursos para pagamento da dívida têm onerado excessivamente o país e comprometido drasticamente a qualidade de vida da população. Por isso, até que seja feita uma auditoria irrestrita dos contratos assinados pelo Brasil, e mesmo depois, consideramos a conversão uma estratégia para aumentarmos nosso investimento na educação, setor que, a exemplo de outras áreas sociais, carece de novos recursos e é fundamental para o desenvolvimento do país.

Os números da dívida

• A dívida externa brasileira hoje é de 201,3 bilhões de dólares, sendo 38% da União
• O total da dívida líquida do Brasil (interna e externa) representa 89,95% do PIB nacional
• Quanto às dívidas estaduais, 5 estados concentram 72,5% do total
São Paulo 37,8%
Rio de Janeiro 12,47%
Minas Gerais 10,8%
Rio Grande do Sul 7,28%
Paraná 4,18%

Educação x Dívida

Em 2004 foram investidos R\$ 14,5 bilhões em educação, enquanto foram pagos R\$ 146 bilhões para amortização da dívida.

Para atender as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) seriam necessários em:	
2005	R\$ 96,385 bilhões (5,21% do PIB)
2006	R\$ 109,570 bilhões (5,75%)
2007	R\$ 118,941 bilhões (6,06%)
2008	R\$ 131,760 bilhões (6,52%)
2009	R\$ 145,020 bilhões (6,97%)
2010	R\$ 159,390 bilhões (7,44%)

Mova

"A leitura é antes de tudo uma interpretação do mundo em que se vive. É uma prática de liberdade, significando a inclusão das grandes massas excluídas de 500 anos de História e dar-lhes a condição de ampliar a própria consciência em um processo libertador de alfabetização"

Paulo Freire

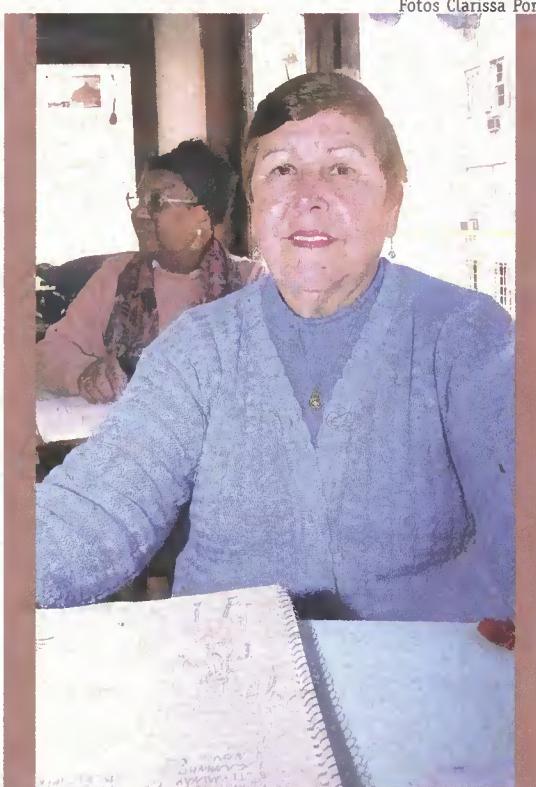
Para onde vão as borboletas?

por Nara Branco

Responsável pela alfabetização de mais de 12 mil pessoas em Porto Alegre, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) será incorporado ao Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (Proaja), que será lançado até o final de agosto pela Secretaria Municipal de Educação (Smed). Seguindo outra linha política, o Mova deve sofrer algumas modificações.

A justificativa é de que o Mova não teria cumprido sua meta. "Os alunos não conseguiam se alfabetizar, principalmente os mais velhos, pois estes procuravam um momento de convivência e não necessariamente de aprendizado", afirma a coordenadora do Educação de Jovens e Adultos (EJA) da atual administração municipal, Leda Sefrin. A afirmação é rebatida pela professora Carmen Isabel Gatto, que integrou a coordenação do Mova. "A maioria dos alunos eram mulheres com idade acima de 40 anos. Temos, inclusive, vários relatos de pessoas mais velhas que aprenderam a ler", garante.

De acordo com Leda Sefrin, o Mova será reconstituído e andará ao lado do programa Brasil Alfabetizado, do governo federal. "Vamos implementar um programa guarda-chuva para alunos acima de 15 anos. Queremos transformar Por-



"Ler e escrever, para mim significou a minha independência. Não saber ler é que nem estar cega"

(Santa dos Santos, 73 anos)

to Alegre na primeira capital brasileira com índice de alfabetização de 2%, aceitável em nível internacional", promete. O novo programa, segundo Leda, terá apoio da Unesco, entidades, empresas e ações articuladas entre várias secretarias municipais.

Na opinião de Carmem Gatto, o programa Brasil Alfabetizado tem que ser implementado, mas não se pode esquecer que o Mova trabalhava com a inserção social. "Não tenho dúvida que o Mova foi um grande espaço de inclusão, uma política de inserção na escola e de participação popular. Perder isso seria um retrocesso", observa.

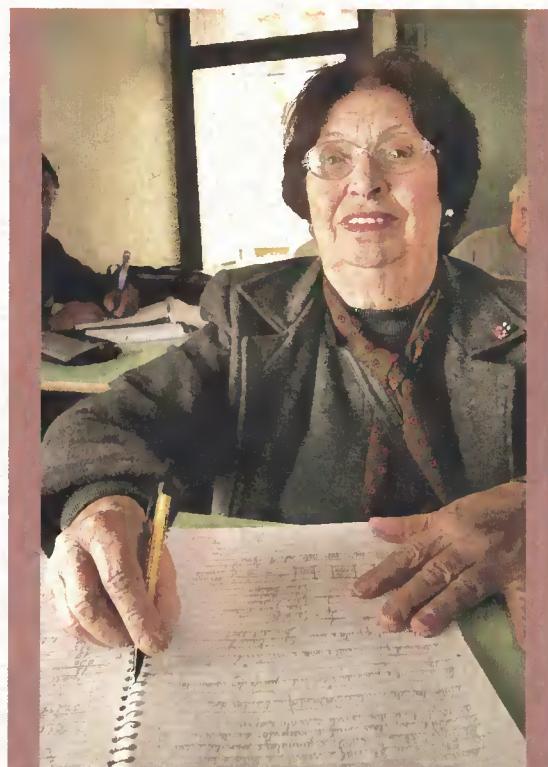
Ler, escrever e pensar

O Mova foi criado pelo educador Paulo Freire em 1989, quando atuava na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com o objetivo de possibilitar a jovens e adultos o processo construtivo de ampliação do próprio conhecimento através da vivência com os colegas em uma relação de diálogo. Para o educador, o processo de saber ler e escrever estava intimamente ligado ao pensar e à realidade social do indivíduo. "É uma prática de liberdade, significando a inclusão das grandes massas excluídas de

500 anos de História e dar-lhes a condição de ampliar a própria consciência em um processo libertador de alfabetização". Essa liberdade está representada na logomarca do movimento: uma borboleta.

Carmem Gatto conta que o Mova funcionava através de convênios entre a Smed e entidades (associações de bairro, clubes de mães, cooperativas, entre outros) que, por sua vez, organizavam turmas de alunos. A prefeitura de Porto Alegre repassava os recursos para a ajuda de custo dos educadores, que precisavam ter o ensino médio completo. "As aulas aconteciam em locais definidos pelas instituições conveniadas e estas indicavam um educador popular da própria comunidade", lembra. A partir desta indicação, a Smed formava os educadores e estes organizavam as turmas de 20 alunos não alfabetizados, a partir de 15 anos de idade.

Para a professora, o mais importante, além da alfabetização, é que o programa continha uma proposta de inserção cultural para pessoas que não tinham acesso a concertos, peças teatrais e exposições. E mais, nos últimos dois anos, o programa avançou, pois come-



**"Ler é esclarecer tudo,
é enxergar o mundo
de outra maneira"**

(Edna Anderson Rodrigues, 73 anos)

çou a trabalhar com a Economia Popular Solidária, em parceria com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (Smic), visando a geração de trabalho e renda. "Foram realizadas várias feiras, onde os alunos participavam comercializando produtos feitos por eles, o que acabou resultando na formação de cooperativas de alunos e educadores. Uma funciona até hoje na zona sul da capital", complementa.

Segundo Carmem, várias turmas em andamento foram repassadas para a atual administração, com educadores formados e convênios firmados com o governo federal que implementou o programa "Brasil Alfabetizado". De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2000, o Brasil tem 16,3 milhões de jovens e adultos, 13% da população, que nunca freqüentaram a escola e não são alfabetizados. Outros 60 milhões não completaram a educação básica. Em Porto Alegre, segundo Carmem, o índice de analfabetismo hoje é de 3,3%, sendo que mais de 30 mil adultos não eram alfabetizados até o final de 2004. "Quando o Mova iniciou esse índice era de 5,1%", compara.

Do casulo para o mundo

"O Mova transformou a minha vida"

Com estas palavras, Santa dos Santos, de 73 anos, descreve a experiência de aprender a ler e escrever, que iniciou em 1999. Depois de passar pela dolorosa perda do marido, Santa resolveu levar a vida adiante e hoje freqüenta o Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores (CMET Paulo Freire), em Porto Alegre, onde está cursando o nível 2 do ensino fundamental. Gosta de ler romances e jornais. "O livro que mais gosto é Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães", diz entusiasmada. Além da descoberta do conhecimento, Santa também valoriza a autoconfiança que desenvolveu e as novas amizades. "Ler e escrever, para mim significou a minha independência. Não saber ler é que nem estar cega", diz emocionada.

Para Edna Anderson Rodrigues, também de 73 anos e ex-aluna do Mova, este aprendizado teve um significado muito importante. "O Mova foi um sonho, foi onde me encontrei", diz. Cursando o nível 3 do ensino fundamental, Edna até escreveu uma redação em homenagem ao educador Paulo Freire.

"O método dele me ajudou muito, pois aprendi com a realidade", explica. Edna gosta de ler Mário Quintana e Cecília Meireles e diz que o gênero de sua preferência é a poesia. Ela alimenta um sonho desde a juventude: ser advogada. "Desde mocinha, quando morava em Pelotas, gostava de assistir as audiências no fórum e pretendo estudar Direito, como um dos meus netos". Para Edna "ler é esclarecer tudo, é enxergar o mundo de outra maneira".

A professora municipal Sirlei Godoy é a mestra destas e de outras pessoas, jovens, adultos e idosos, além daqueles com necessidades especiais que freqüentam o CMET. "A experiência de ensinar jovens, adultos e principalmente idosos é inigualável", descreve. Sirlei relata que suas alunas já participaram de videoconferências com estudantes da Escola Verneda, de Barcelona, Espanha. "Eles se correspondem até hoje, trocam experiências, o que levou nossos alunos também a aprenderem a usar o computador, através do Word e da Internet", conta.

Memória e Escritura

O escritor diante da História

"Quem escreve (quem pinta, esculpe, compõe música) sempre sabe o que está fazendo e quanto isso lhe custa. Sabe que deve resolver um problema. Pode acontecer que os dados iniciais sejam obscuros, pulsionais, obsessivos, não mais que uma vontade ou uma lembrança. Mas depois o problema resolve-se na escrivaninha, interrogando a matéria sobre a qual se trabalha - matéria que possui suas próprias leis naturais, mas que ao mesmo tempo traz consigo a lembrança da cultura de que está embebida (o eco da intertextualidade)".

Umberto Eco

Márcia Ivana de Lima e Silva*

O ano de 2005 está sendo dedicado às comemorações dos 100 anos de nascimento de Erico Verissimo. Nosso grande escritor tem uma obra bastante diversificada, com romances de temática urbana como "Caminhos Cruzados", "Clarissa" e "Olhai os Lírios do Campo", de temática política como "O Prisioneiro", "O Senhor Embaixador" e "Incidente em Antares", além de sua produção infanto-juvenil e dos livros de viagem, sem mencionar sua obra-prima: a trilogia "O Tempo e o Vento".

Desde o início de sua carreira literária, inaugurada em 1932 com a publicação de "Fantoches", Erico sempre despertou o interesse de inúmeros leitores de diferentes camadas sociais, de diferentes níveis de instrução, porque, para ele, a arte é, ao mesmo tempo, retiro e elo com o mundo, o que explica sua opção pela estética realista, na qual o mundo precisa figurar, sem cair em, autor e leitor, no escapismo. Além disso, sua concepção de linguagem associa-se à prática social, sendo ela carregada de significações e interesses. Seus romances podem ser lidos como um jogo de armar, cujas peças podem originar-se tanto da identidade histórica do autor, quanto da carga cultural e literária que ele possui, bem como do diálogo que sua obra estabelece com a História. Isso autoriza a concluir que a literatura do romancista sul-rio-grandense é criada como mimese da vida, própria do escritor ou da humanidade em geral. Dentro de tal processo, aparece a escolha de Verissimo pelo realismo, tendo em vista a responsabilidade social que o impele a criar a ilusão do real, ponto chave

para a identificação do leitor.

O legado de um escritor, no entanto, compreende muito mais do que sua obra ficcional publicada. É composto também de suas idéias e posicionamentos, que podem estar expressos em seus manuscritos, em sua correspondência, nas entrevistas que concedeu, nos eventos dos quais participou, enfim em sua trajetória biográfica. Reunir, pois, todo o acervo relacionado a um escritor significa situar historicamente não apenas sua obra, mas também ele próprio, apontando para a importância de suas contribuições em todas as instâncias espaciais e temporais.

Trabalhar com a documentação particular de um escritor, sua correspondência e seus manuscritos, significa penetrar num mundo antes restrito; significa fazer luz sobre dados que podem explicar certos fatos até então apenas suspeitados. É o caso do geneticista, que busca investigar o processo de criação de uma obra, através dos documentos de redação: fichários, cadernos de notas, rascunhos e esboços, manuscritos, datiloscritos, os quais compõem o prototexto, material selecionado e organizado pelo geneticista. Este método de estudo recebe o nome de Crítica Genética.

O ponto de partida da Crítica Genética reside numa constatação: o texto definitivo de uma obra literária é, excetuando raríssimos casos, o resultado de um trabalho, ou melhor, de uma elaboração progressiva, de uma transformação que é traduzida por um período produtivo, durante o qual o autor se lança, por exemplo, à pesquisa de documentos ou de informações, à preparação e, posteriormente, à redação de seu texto, a diversas operações de correção. A Crítica Genética tem por objeto essa dimensão temporal do texto em formação e parte da hipótese de que a obra, dentro de sua eventual perfeição final, não guarde menos o efeito de sua gênese. Mas para poder transformar-se em objeto de estudo, essa gênese da obra deve evidentemente deixar "traços". São estes traços materiais que o geneticista se propõe a encontrar e a elucidar, essas pistas ou marcas que o autor deixa no decorrer de seu trabalho de criação.

Ao lado do texto, e antes dele, pode existir um conjunto mais ou menos desenvolvido de documentos de redação, produzidos, reunidos e, por vezes, conservados pelo autor: a esses se convencionou chamar "os manuscritos da obra". O conjunto de manuscritos costuma ser variado em quantidade e em tipo, conforme a época, o autor e a obra considerados. Entretanto, por mais lacunas que apresente, cada dossiê de manuscritos, com suas características, conta uma história singular: a história do momento em que o autor entreviu a primeira idéia de seu projeto e o momento em que o texto, escrito, apareceu sob a forma de um livro impresso. Alguns casos retirados dos manuscritos de Erico Verissimo, constantes de seu Acervo Literário, podem bem

ilustrar a tarefa do geneticista.

"Incidente em Antares", publicado em 1971, é, na Literatura Brasileira, um exemplo de romance de denúncia da situação política vivida em nosso País durante a Ditadura Militar. A pesquisa dos manuscritos dessa obra mostrou o processo de construção de tal denúncia, através do estudo dos esboços, rascunhos, desenhos, dos cadernos de notas e dos dois volumes dos originais.

A construção das personagens principais do romance, os sete mortos insepultos, mereceu uma atenção especial de Verissimo, pois se tornam representativas de diversos setores da sociedade. João Paz e sua esposa Rita, por exemplo, são personagens, cuja criação apoia para a perspectiva crítica do romance, pois, com o casal, Erico traz para dentro da narrativa, de forma direta, o problema da tortura, em homens e mulheres, mesmo grávidas. João, morto numa sessão de tortura, não fazia parte do elenco, quando Érico pensou nos defuntos pela primeira vez, ou, ao menos, não tinha esse nome. Provavelmente João Paz nasceu como Tristão, par de uma mulher, Isolina, numa clara referência ao mito de Tristão e Isolda. Com tal alteração, o autor substitui a referência romântica pela crítica à arbitrariedade, pois a tortura sofrida por João Paz, incontestável diante de sua aparência física, é a mais grave das acusações feitas pelos mortos e o coroamento da cena no coreto.

No primeiro esboço de "Incidente em Antares", escrito atrás do mapa de Antares desenhado por Erico, a segunda parte, "O incidente", apresenta a seguinte cronologia: 15, 16, 17 e 18 de dezembro, passando-se a cena do coreto da praça no dia 17, aniversário do escritor. Entretanto, no original, assim como no texto publicado, encontramos 11, 12, 13 e 14 deste mesmo mês, situando-se o clímax no dia 13. A alteração da data, à primeira vista pouco importante, revela-se como mais um elemento de denúncia no romance, pois 13 de dezembro coincide com a data de promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, momento mais grave da arbitrariedade política no Brasil. Ou seja, se o conteúdo da obra publicada já apontava para a crítica ao sistema ditatorial da época, o estudo da gênese de "Incidente em Antares" comprova a construção dessa denúncia, através das rasuras que revelam a intencionalidade de marcar criticamente cada elemento do romance, sejam as personagens, as coordenadas temporais ou a própria ação.

"O Prisioneiro", de 1967, é um romance pouco valorizado pela crítica, mas cujo estudo do processo de criação evidencia a

preocupação de Erico em alinhar a organização formal do texto com a história que está sendo contada. Ambientada num país de clima muito quente, a ação se passa em data e local indefinidos, mas tem por base a intervenção americana na Coréia, conforme entrevistas e depoimentos do romancista. O ponto central da história é o dilema ético e moral de um tenente que questiona seu poder de decidir sobre a vida e a morte de seus semelhantes. Além disso, há a denúncia da crueldade da guerra que brutaliza o ser humano, reduzindo-o a seu instinto mais primitivo. A angústia que lhe provocam seus pensamentos pesa ainda mais devido ao calor sufocante, a ponto de não sabermos o que provoca a dor de cabeça constante de que sofre o tenente. O primeiro parágrafo desse romance apresenta seis versões, marcadas pela procura da palavra precisa para criar, desde a primeira linha, na verdade, desde o título, a sensação de sufocamento vivenciada pelo tenente, que o torna um prisioneiro de si mesmo e da realidade que o cerca. Seu processo de escritura caminha, pois, na direção do apuro da linguagem, marcado pela preocupação de conjugar a mais alta precisão com a maior concisão, confirmado, assim, o trabalho que se concretiza no apuro lingüístico e narrativo que encontramos no livro editado.

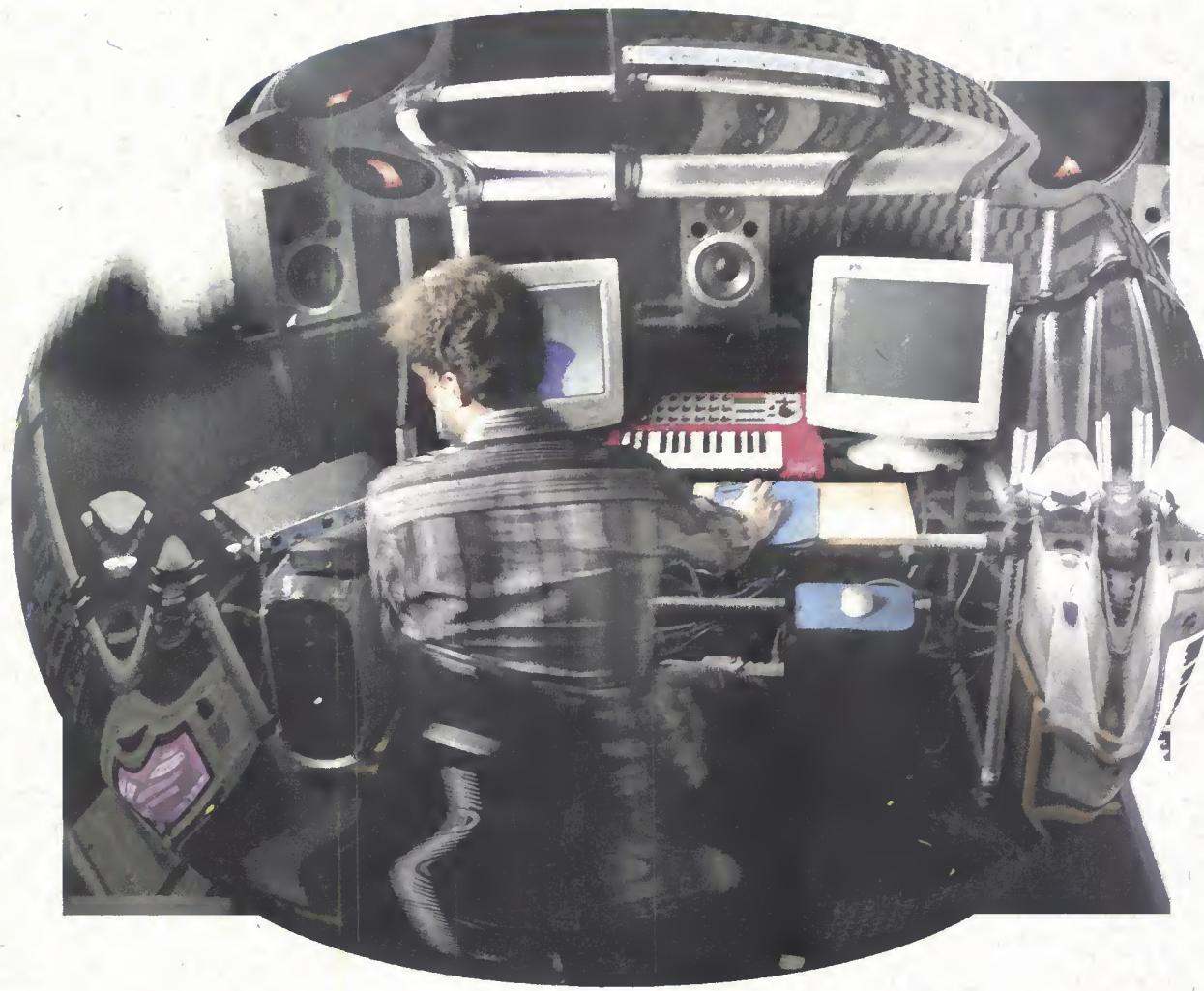
A Crítica Genética, perseguindo os traços deixados pelo autor, afasta a obra da conceção romântica de criação, pois desvenda o processo de escritura que envolve pesquisas, rasuras, acréscimos, supressões e até mesmo fichários. Ou seja, os

textos não são vistos como fruto de um momento de inspiração absoluta, mas considerados como resultado de um trabalho árduo e progressivo empreendido pelo escritor. Os manuscritos, ao lado da importância literária, possuem um grande valor histórico, pois reconstituem o percurso do pensamento de certo grupo ou de determinado país, já que é possível descobrir as fontes de leitura, as mudanças de reflexão sobre algum assunto, assim como a ligação entre textos e autores e a intertextualidade concretamente expressa. Tais documentos, que resgatam a lembrança da cultura de que estão imbebidos, perpetuam a memória e colocam autor e leitor diante da História.

* Professora de Teoria Literária do Instituto de Letras da Ufrgs, doutora em Letras pela PUC/RS, Prêmio Moinho Santista Juventude 1996 para a tese sobre Incidente em Antares, de Erico Verissimo, autora de "A gênese de Incidente em Antares" (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000)



MÚSICA

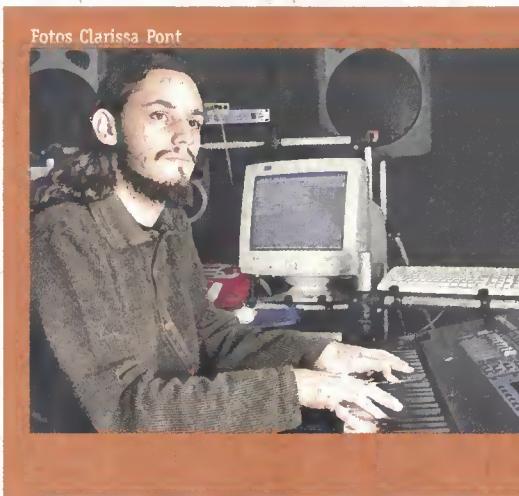


Com o apoio da Pró-reitoria de Extensão, o Centro de Música Eletrônica (CME) do Instituto de Artes da Ufrgs vem formando jovens músicos desde o final da década de 90. Considerado o maior e mais avançado centro de música computacional e eletrônica do sul do Brasil, o CME surgiu para alavancar as atividades de composição musical assistida por computador.

Tecnologia à serviço da arte

Para o professor de composição musical do Instituto de Artes e coordenador do Centro, Eloy Fritsch, o CME "acabou consolidando definitivamente a aliança de duas áreas cada vez mais inseparáveis: música e tecnologia". O compositor conta que a divulgação do trabalho ainda é restrita e o retorno aparece em pequenos concertos entre os acadêmicos de música, que "refletem um ideal de pioneirismo, fora das áreas tradicionais da música, se aproximando da física".

Embora haja uma certa resistência com relação à música eletrônica por parte dos conservadores, Fritsch garante que a tecnologia musical auxilia no aprendizado de composição de música erudita, de trilha sonora e de música eletroacústica que, segundo ele, data da década de 50. "Nesta época surgiram as primeiras composições, cujos instrumentos eram criados pelos próprios compositores, que ficaram restritas à música erudita", destaca. Depois, relata Fritsch, as composições se tornaram mais populares.



Fotos Clarissa Pont

O início

O CME começou em 1999 com instrumentos e equipamentos do estúdio particular de Fritsch que, na época, introduziu os primeiros cursos de *Computer Music* e Música Eletrônica na Ufrgs. As aulas práticas de síntese sonora foram ministradas aos alunos do curso de composição musical do Instituto de Artes em sintetizadores conhecidos como Modular *Roland System* - 700. Com o tempo, o número de estudantes interessados em composição de música eletrônica aumentou, o que levou o professor a encaminhar projetos para a criação de laboratórios de composição.

Em 2001 os projetos foram aprovados pelo MEC, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs). "Iniciava assim uma nova fase no campo da música eletrônica gaúcha com a construção do primeiro centro da música eletrônica do sul do Brasil", conta Fritsch. Em 15 de janeiro de 2003 o CME foi inaugurado com o primeiro Concerto de Música Computacional, realizado por alunos e professores do Instituto de Artes da Ufrgs, onde até hoje funciona o centro.

Três laboratórios (Midilab, LME e Audilab) compõem o CME. O Midilab foi o primeiro espaço do Rio Grande do Sul voltado para o ensino da música computacional e no início contava apenas com instrumentos com tecnologia MID, usados para a edição

de partituras e para programação musical por computador. Atualmente possui seis *Music Workstations* (estações de trabalhos musicais), conectadas a computadores. No Midilab, os alunos elaboram seus próprios programas de música na área de composição musical utilizando o Método de Ensino de Programação de Computadores para Música (Mepsom).

O Laboratório de Música Eletrônica (LME) disponibiliza sintetizadores e está equipado com *Music Workstations* e bibliotecas de som para órquestra e coro. É utilizado principalmente para elaboração de material musical eletrônico e criação de composições eletroacústicas por alunos de pós-graduação e graduação em música. Já o Laboratório de Áudio (Audiolab) é formado por dois ambientes, uma sala de gravação acusticamente isolada e outra com instrumentos e equipamentos de áudio.

Segundo Fritsch, atualmente existem projetos para formação de parcerias com escolas, produtores de cinema, de vídeo e de teatro para divulgação e inserção deste tipo de música na programação cultural de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. O CME oferece cursos de extensão inclusiva para quem não é aluno do Instituto de Artes da Ufrgs. Interessados podem obter maiores informações pelo telefone (51) 3316 4329 e pelo e-mail musica.eletronica@ufrgs.br.

Roland A 880 ts

Para o estudante Rodrigo Avellar de Muniagurria, 23 anos, graduando do curso de composição, o CME oferece ferramentas não só para compor, mas para ampliar a visão sobre o tema. "É uma faculdade à parte, com um outro universo de música", define.

ACONTECE

Cangaço



Milton Ribeiro e Vanja Orico em "O Cangaceiro", de Lima Barreto

Um dos gêneros mais populares do cinema brasileiro, o cangaço volta à cena em formato de livro, lançado no dia 22 de agosto com o título "Cangaço: O Nordeste no Cinema Brasileiro". Organizado pela jornalista Maria do Rosário Caetano, a obra reúne artigos de nove autores sobre os filmes do gênero e é a primeira publicação inteiramente dedicada ao tema.

Zoologia

O Departamento de Zoologia estará realizando, de 26 de setembro a 5 de novembro, o curso de extensão "Repensando a Zoologia no Ensino de Ciências". A atividade é dirigida a docentes em ciências do ensino fundamental e médio, com o objetivo de discutir a forma e a abordagem praticadas no ensino da zoologia. Maiores informações pelo telefone 3316-7704 ou no www.ufrgs.br/labinv/curso/curso.htm.

Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade.

Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

REAJUSTE DE 28,86%

Passado e futuro

As ações dos servidores e a posição do STF

Em decorrência desses precedentes dos outros poderes, vários servidores do Poder Executivo ingressaram em juízo pedindo a extensão deste reajuste.

O STF, nas ações que examinou, manifestou-se no sentido de que o reajuste era devido a todas as categorias de servidores do Executivo a contar de janeiro de 1993. Num segundo momento, questionado pela Advocacia Geral da União (AGU), mitigou esse entendimento dispondendo que cada categoria deveria compensar todo o reajuste que tivesse obtido após essa data, ou nessa mesma data, que decorresse da própria Lei nº 8.627/93.

A compensação invocável contra os docentes das Ifes

Nas ações ajuizadas pelos docentes, a AGU tem alegado que a compensação autorizada pelo STF teria como resultado um saldo negativo, ou seja, que teriam ganho mais do que 28,86%.

Vários tribunais regionais, julgando alguns processos de docentes, têm acolhido esta tese. Outros tribunais, embora julguem a ação procedente, determinam que seja feita esta compensação quando da realização dos cálculos, o que termina conduzindo a cálculos zerados para a maioria dos docentes.

Temos assim precedentes que geram preocupação para nós, apesar da decisão final totalmente favorável que tivemos na ação da Adufrgs.

Em janeiro de 1993, os servidores públicos federais receberam reajuste geral (Lei nº 8.622/93) e no mês subsequente foi outorgada aos militares, que já haviam recebido o mesmo reajuste, mais uma "reestruturação de tabela" que alcançava, no ponto máximo, um aumento de 28,86% com efeito retroativo ao mês de janeiro (Lei nº 8.627/93). Em seguida, a Câmara dos Deputados estendeu aos servidores do Legislativo Federal os 28,86% dados aos militares, e após, o Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu aos seus servidores. O fundamento para estes aumentos foi o artigo da Constituição que estabelecia a "isonomia das revisões salariais" (art.37, X).

A ação vitoriosa da Adufrgs e as razões da cautela para iniciar a execução

No processo nº 95.0000920/3 da Adufrgs (que abrange seus filiados até dezembro de 1997), a Ufrgs apresentou a alegação de que os docentes das Ifes haviam recebido reajuste na mesma Lei nº 8.627/93, superior aos 28,88% que esta lei conferiu aos militares (em ambos os casos por reestruturação de tabelas).

No entanto, a sentença rejeitou o argumento dizendo que somente o reajuste de agosto de 1994 (de 12,99%) é que deveria ser compensado, como ocorria com as demais categorias. A Adufrgs e o sindicato recorreram. O Tribunal acolheu o recurso da Adufrgs e rejeitou o da Universidade. Assim, temos uma decisão final que transitou em julgado que afasta, em tese, qualquer compensação.

Nestas condições, a pretensão de compensar a totalidade dos 28,88% no seu nascedouro não poderia, juridicamente, ser renovada na fase da Execução, pela Autarquia Universitária. Porém, é mais do que evidente que a Ufrgs fará isso, já que o valor a ser executado, seria de tal forma expressivo que recorrerão até as últimas instâncias.

Em síntese, a Adufrgs tem, em seu processo, uma decisão judicial que a princípio afastou a compensação, o que geraria aos docentes um reajuste expressivo, inclusive a ser incorporado em folha.

Incorporação em folha

Antes de se cogitar de cobrar os valores atrasados – o que será feito através de ações em pequenos grupos – a Adufrgs pre-

ocupou-se em enfrentar o tema da compensação já na fase de execução. Para isso, apresentamos o pedido de inclusão dos 28% em folha de pagamento, o que, em tese geraria a seguinte diferença para cada nível da tabela:

DOCENTES DE 1º E 2º GRAUS

Classe	Nível	Saldo incorporado em folha em 1998	Saldo devido a ser incorporado
A	1	2,52%	25,69%
	2	2,29%	25,98%
	3	2,07%	26,25%
	4	1,86%	26,51%
B	1	1,62%	26,81%
	2	1,43%	27,04%
	3	1,25%	27,27%
	4	1,08%	27,48%
C	1	1,08%	27,48%
	2	0,73%	27,93%
	3	0,00%	28,86%
	4	0,45%	28,28%
D	1	0,29%	28,49%
	2	0,16%	28,65%
	3	0,04%	28,81%
	4	0,00%	28,86%
E	1	0,00%	28,86%
	2	0,00%	28,86%
	3	0,00%	28,86%
	4	0,00%	28,86%

DOCENTES DE 3º GRAU

Classe	Nível	Saldo incorporado em folha em 1998	Saldo devido em %
Titular	u	0,00%	28,86
Adjunto	1	0,00%	28,86
	2	0,00%	28,86
	3	0,00%	28,86
	4	0,00%	28,86
Assistente	1	0,89%	27,72
	2	0,73%	27,92
	3	0,59%	28,1
	4	0,49%	28,23
Auxiliar	1	0,19%	28,61
	2	0,07%	28,77
	3	0,00%	28,86

Esta discussão que já está sendo feita em juízo pela Adufrgs tem três propósitos: definir se a compensação será ou não feita; definir o quanto deverá ser incorporado na folha de cada docente; definir o período e o percentual para que sejam feitos os cálculos dos atrasados desde 1993.

Temor da "sucumbência"

"Sucumbência", no Direito, significa o encargo atribuído à parte derrotada no processo de pagar as custas judiciais e honorários do advogado da parte adversa, em valor a ser fixado pelo juiz. Quando se executa R\$ 10 mil reais, por exemplo, e o juiz conclui que nada é devido, o exequente sucumbiu em R\$ 10 mil. Sobre estes valores incidirão custas (aproximadamente 1%) e honorários (em torno de 10% ou um valor fixo dado pelo juiz). Ou seja, o exequente pretendia ganhar R\$ 10 mil; terminou perdendo e pagando R\$ 1,1 mil.

No caso dos 28%, é fundamental que se tenha um mínimo de segurança antes de iniciarmos as execuções dos atrasados. Esta segurança decorre da discussão sobre a compensação ou não dos reajustes, como se viu.

A estratégia que vem sendo traçada é que esta discussão seja concentrada pelo sindicato, ou seja, que se estabeleça de forma geral, para todos, se a compensação ocorrerá ou não. Perdeu-se precioso tempo nesta etapa porque o juiz do processo entendeu que o sindicato não poderia fazer isso em nome de seus sócios. Esta decisão foi reformada e a Adufrgs já está discutindo a incorporação em folha.

Concluída esta discussão, saberemos se os 28% são incorporáveis ou não, ou até quando devem ser feitos os cálculos. Isto permitirá que as execuções dos atrasados sejam feitas com mais segurança e menos risco de sucumbência.

Estratégia futura

A Adufrgs levará adiante a discussão sobre a incorporação em folha de pagamento dos 28,86%. Até lá, porém, a participação direta do docente será fundamental e poderá se dar através de várias formas:

- a arrecadação de documentação que será imprescindível para o futuro ajuizamento de ações;
- ajuizamento de protestos judiciais para garantir a oportunidade de futuramente apresentar o cálculo dos atrasados;
- no caso de alguns docentes que possuem gratificações de função incorporadas, existe a possibilidade de execução imediata de parte dos valores devidos, calculados apenas sobre estas rubricas.



O que o professor pode fazer agora?

Já foi decidido no processo movido pela Adufrgs que a execução dos 28,86% será feita de duas formas:

1. o sindicato pleiteará a incorporação em folha de pagamento, definindo, assim, o percentual devido a cada docente e o período de cálculo;
2. a execução dos atrasados será feita diretamente pelo docente, em grupos que serão organizados por sua assessoria jurídica.

Até que se encerre a missão do sindicato, o que deve ser feito?

Conforme se vê pela exposição feita acima, a execução dos atrasados dos 28,86% sobre o vencimento básico (e parcelas que sobre ele incidem) está na dependência da conclusão da discussão que está sendo travada pela Adufrgs.

Esta discussão, lembremos, definirá qual o percentual de 28% devido e qual o período que deverá ser calculado.

Até lá, porém, os professores podem fazer algo. O que?

A preocupação que tem sempre pautado as diretorias da Adufrgs e sua assessoria jurídica é que os docentes não sofram prejuízos monetários em caso de não conseguirem executar os valores que entendem devidos a título de atrasados.

Porém, não se pode ignorar que a demora do judiciário brasileiro causa efeitos e prejuízos diversos a cada cidadão. Assim, um professor aposentado, com 80 anos, não suporta esta espera da mesma forma que um recém-empossado docente. Assim também como um servidor em licença para tratamento da saúde, que necessita com mais urgência destes valores do que um em perfeita saúde.

Pensando nos riscos e na tentativa de auxiliar ao máximo o associado, a Adufrgs propõe algumas alternativas para minimizar esta espera.

1 - Para todos os docentes associados à entidade até dezembro de 1997

Recomenda-se que todos os docentes que estão cobertos pelo processo entrem com Protesto Judicial. Este protesto tem como objetivo apenas avisar a Ufrgs de que executarão seus créditos tão logo se encerre a discussão travada pela Adufrgs sobre a incorporação em folha. Com isso, a parte contrária não poderá alegar que deixaram prescrever o direito.

Para isso, deverão preencher os formulários disponíveis no site da Adufrgs (www.adufrgs.org.br), reconhecer firma nos documentos e entregá-los nas sedes da Associação. Lembramos que esta hipótese do Protesto não trará nenhum custo aos associa-

dos, nem de custas, tampouco de honorários.

- Procuração com firma reconhecida (modelo estará disponível no site e na sede da Adufrgs)
- Ficha cadastral (modelo estará disponível no site e na sede da Adufrgs)
- Cópia da carteira de identidade
- Cópia do último contra-cheque

Atenção: a entrega da documentação deve ser feita **exclusivamente** nas sedes da Adufrgs da Otávio Correia e do Campus do Vale. Não haverá recebimento de documentação no escritório da assessoria jurídica.

2 - Aos docentes que têm Funções Gratificadas (FG) e/ou Cargos de Direção (CD)

A discussão sobre eventual compensação e período de cálculo repercute apenas sobre o cálculo dos 28,86% sobre os vencimentos do cargo efetivo. A incidência dos 28% nas funções gratificadas é diferente e, consequentemente não guardam relação com o vencimento básico do cargo efetivo.

Os 28,86% são devidos, integralmente, sobre as funções gratificadas no período de janeiro de 1993 até, em regra, julho de 1998.

Portanto, os docentes relacionados na listagem que se encontra nas sedes da Adufrgs podem executar uma parte de seus créditos.

Para isso, deverão preencher os formulários disponíveis no site da Adufrgs (www.adufrgs.org.br), reconhecer firma nos documentos e entregá-los nas sedes da Associação.

- Procuração com firma reconhecida (modelo estará disponível no site e na sede da Adufrgs)
- Contrato de honorários em 2 vias com firma reconhecida (modelo estará disponível no site e na sede da Adufrgs)
- Cópia da carteira de identidade
- Cópia do último contra-cheque
- Pagamento do valor das custas judiciais (Visando preservar a privacidade e segurança do docente, o valor apurado apenas será informado no momento da entrega da documentação, ocasião na qual será feito o recolhimento pela Adufrgs do valor das custas judiciais devidas à Justiça. Não serão informados por telefone, de forma alguma, os valores calculados)

Atenção: a entrega da documentação deve ser feita **exclusivamente** nas sedes da Adufrgs da Otávio Correia e do Campus do Vale. Não haverá recebimento de documentação no escritório da assessoria jurídica.

Sucessores e Pensionistas de Docentes

Informamos que os sucessores e/ou pensionistas de docentes beneficiados por esta ação (filiados até dezembro de 1997)

que tenham falecido no curso do processo (de 23/01/1997 até os dias de hoje), têm direito a propor a execução.

É preciso, porém, separá-los em duas situações:

1^a) docente que deixou pensionista: o pensionista pode pleitear a incorporação dos 28,86% na pensão ou, se o professor exerceu função gratificada, cobrar desde já as parcelas em atraso;

2^a) docente que não deixou pensionista: os sucessores podem cobrar as diferenças de 28,86% sobre os rendimentos do professor até seu falecimento.

Em qualquer dos casos, devem ser observadas as alternativas indicadas na matéria ao lado, conforme o professor tenha, ou não, exercido função gratificada.

Para tanto, devem aguardar novas orientações acerca dos procedimentos que serão adotados a partir de **outubro de 2005**, restando desnecessária a entrega de documentação nesse momento.

Docentes que possuem ações individuais dos 28,86%

Informamos que os docentes que possuem ações individuais postulando os 28,86%, ajuizadas através da assessoria jurídica da Adufrgs ou mesmo com outros advogados, não serão beneficiados pela ação ajuizada pela Associação.

Dessa forma, deverão prosseguir com as suas ações individuais, sendo desnecessária a apresentação de qualquer documentação junto à Adufrgs visando a incorporação e/ou o pagamento dos valores devidos pela Ufrgs em relação a esse reajuste.

Docentes associados à Adufrgs após dezembro de 1997: o que fazer?

Os professores que não estiverem cobertos pela ação referida nesta matéria podem ser de dois tipos: [1] professores não-sócios ou [2] professores associados após dezembro de 1997.

Quando o juiz decidiu limitar a representação da Adufrgs apenas aos sócios na data da sentença (dezembro de 1997) imediatamente a diretoria do sindicato deliberou pelo ingresso de nova ação em nome dos docentes que se associaram após esta data. Frise-se que, a exemplo da primeira ação, esta ação também se limita aos sócios.

Portanto, os docentes não associados não possuem ação com este objeto movida pelo sindicato. É possível que o tenham feito individualmente; neste caso, maiores informações devem ser buscadas diretamente com o advogado responsável pelo processo.

Aos docentes que se associaram após dezembro de 1997 resta aguardar orientações da assessoria jurídica da Adufrgs sobre o momento no qual será iniciada a execução da sentença, a exemplo do que está ocorrendo com a primeira ação.

Atendimento Jurídico

Segunda à quinta, de 14h às 16h, no escritório (2131-6800)
Plantão na sede da Adufrgs às quartas, de 9h às 11h30min,
com horário marcado (3228-1188)

Campanha Salarial

Professores da Ufrgs aprovam dia de mobilização

Ao concluir que não há mobilização suficiente para deflagrar uma greve, professores da Ufrgs, reunidos em assembleia no dia 15 de agosto, decidiram por uma campanha intensiva de mobilização. A idéia é criar uma agenda de eventos que atraia não só os docentes, mas toda a comunidade universitária para debater questões da atualidade.

Embora a assembleia da Adufrgs tenha rejeitado o indicativo de greve, a possibilidade de paralisação das universidades federais começa a se tornar palpável. Até o fechamento desta edição, 33 ADs haviam aprovado o indicativo (18 com data marcada e 15 sem data) e três já teriam paralisado suas atividades (Adufac - Acre, Adufmat/Rondonópolis - Mato Grosso e ADUFPA - Pará), segundo informações da Andes. Reunido em Brasília no dia 19, o Setor das Federais aprovou indicativo de greve para 30 de agosto, o que deve ser votado nas bases e reavaliado no dia 29.

No dia 19 de agosto, o Fórum de Professores das Ifes (Proifes), acompanhado de representantes da Adufrgs, reuniu-se com Ronaldo Teixeira, novo secretário Executivo Adjunto do MEC e novo coordenador do GT MEC. Na ocasião, Teixeira informou que o MEC deve apresentar uma proposta no próximo encontro, marcado para 30 de agosto. Como forma de pressionar o governo, o Proifes está convocando uma grande mobilização em Brasília para esta data.

Na última reunião, os representantes do Proifes deixaram claro que "a possibilidade de não haver reajuste salarial em 2005 é inaceitável", uma vez que as perdas salariais dos docentes estão cada vez maiores e que o reajuste da GED e da Gead aumentou as diferenças entre ativos e inativos, que ainda tiveram o desconto previdenciário.

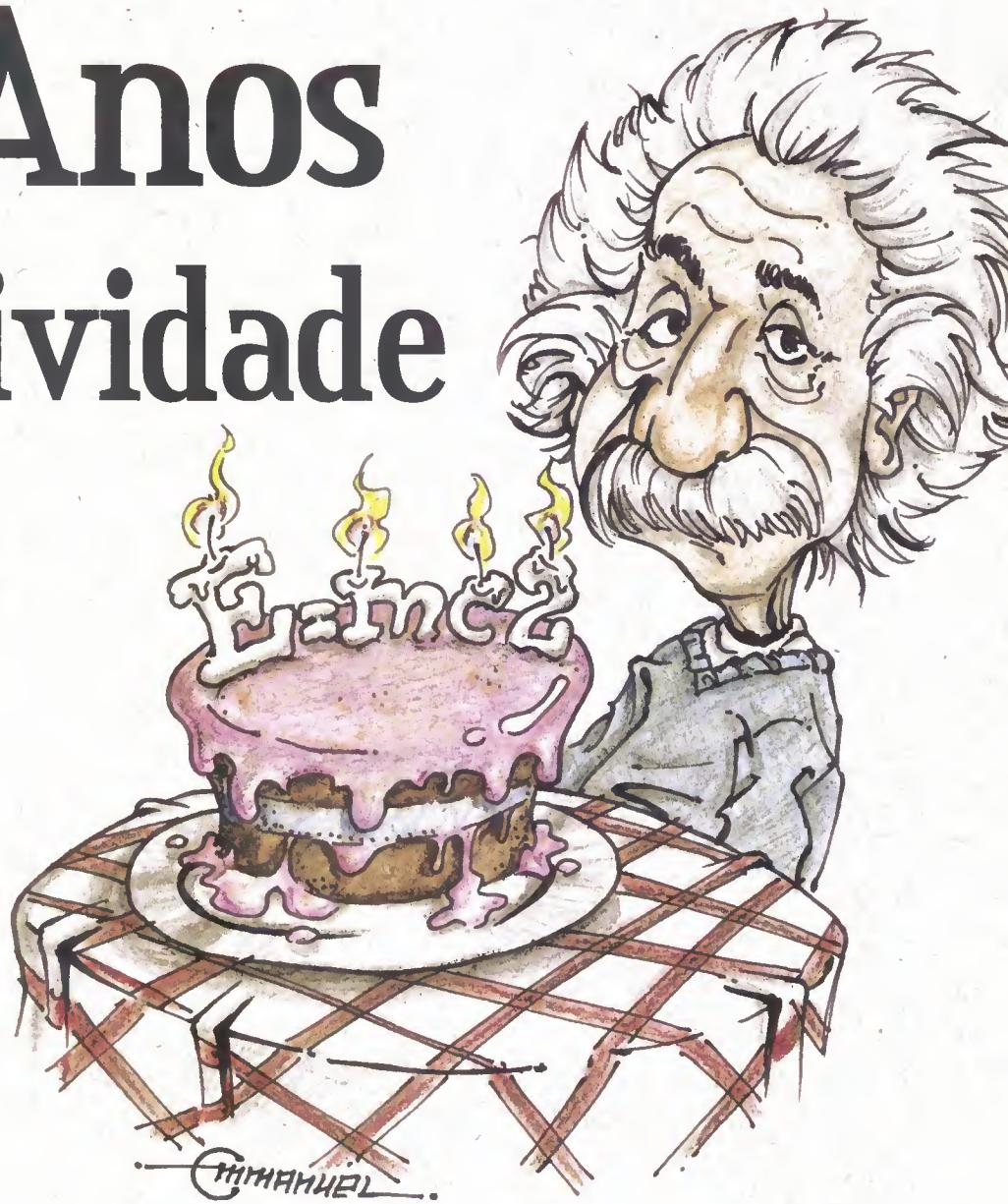
Na pauta do Proifes estão o aumento no percentual de incentivo às titulações combinado com a incorporação das gratificações, a recuperação dos anuênios; a criação imediata da classe de associado especial, recuperação das perdas históricas e nova carreira. A Andes reivindica reajuste de 18% para repor a inflação de 2003 e 2004, o retorno dos anuênios e a incorporação das gratificações.

Segundo informações obtidas na página eletrônica do Proifes, o secretário Ronaldo Teixeira informou que não serão aplicados novos critérios de avaliação da GED, como prevê a MP 208/04, e que a intenção do governo é incorporar as gratificações.

Cem Anos de Relatividade

A Organização das Nações Unidas declarou 2005 o Ano Mundial da Física. A escolha procede, pois este ano estamos celebrando o centenário da publicação de quatro artigos científicos de Albert Einstein que tiveram uma importância extraordinária no desenvolvimento subsequente da Física.

"Sobre a eletrodinâmica dos corpos em movimento", tal era o título pouco sedutor de um daqueles trabalhos. Mas atrás do aparente tecnicismo, surgia uma visão nova e fascinante do espaço e do tempo, desde então conhecida como Teoria da Relatividade Restrita.



Michel Betz

Professor do Instituto de Física da Ufrgs

Talvez a escolha do título do presente comentário não seja das mais felizes, pois a noção de relatividade na física antecede em vários séculos o trabalho de Einstein. Foi Galileu quem argumentou que "todo movimento é relativo". Verificamos esta afirmação cada vez que viajamos de avião já que, desde que não haja turbulência, podemos tomar o nosso cafecinho sem dificuldade, apesar de estarmos viajando a 900 quilômetros por hora. Mas se movimento - velocidade - já foi considerado relativo a partir do sécu-

lo 17, um ingrediente essencial na sua especificação permaneceu, sem sombra de dúvida, independente do ponto de vista: o tempo que, segundo Isaac Newton, era absoluto e fluía sem referência a qualquer outra coisa.

O próprio Einstein uma vez afirmou que, ainda adolescente, tentava imaginar como alguém viajando, não em um avião mas junto com um raio de luz, enxergaria o mundo. Teria ele chegado, já naquela época, à conclusão que tal situação levaria a paradoxos incontornáveis

e portanto devia ser impossível. Seja como for, ele postulou no seu trabalho de 1905 que a velocidade da luz no vácuo era na verdade um absoluto, independente do ponto de vista do observador. A afirmação de um novo absoluto exigia o abandono de outro; o tempo passava então a ser "relativo" ao observador considerado.

Embora ninguém possa negar a importância do trabalho de Einstein, deve-se admitir que outro trabalho, publicado naquele mesmo ano de 1905, pelo

eminente físico e matemático Henri Poincaré apresentava idéias bastante semelhantes. Como era de se esperar, este fato gerou uma polêmica que se alastrou até hoje. Haja vista o livro publicado recentemente por Jean Hladik, respeitado professor universitário francês, intitulado: "Como o jovem e ambicioso Einstein apropriou-se da Relatividade Restrita de Poincaré". Fica claro que, tratando-se da relatividade do tempo, até a atribuição de paternidade é relativa.

Mas aquilo que foi para Poincaré o remate de sua obra foi para Einstein apenas um começo. Em 1907, ele introduziu o princípio de equivalência, que afirma que os fenômenos físicos ocorrem da mesma maneira num sistema de referência acelerado e num campo gravitacional. Era o primeiro passo na elaboração, concluída em 1917, de uma teoria relativística completa da gravitação, a Relatividade Geral. Nesta teoria, que pode ser considerada o apogeu da criatividade de Einstein, a gravitação está incorporada à própria geometria do espaço-tempo, que se curva sob a ação das massas nele presentes.

Ao apresentar a nova teoria, Einstein logo demonstrou que ela era capaz de resolver uma dificuldade bem conhecida dos astrônomos: o valor observado da precessão do perihélio de Mercúrio, o planeta mais próximo do Sol, não estava de acordo com os cálculos baseados na teoria da gravitação de Newton. Entre as consequências mais intrigantes da nova teoria estava a curvatura dos raios luminosos por uma massa. Não demorou muito para que esta predição fosse verificada em observações de um eclipse solar realizadas, entre outros lugares, na cidade de Sobral, no Ceará.

Ao longo das décadas subsequentes, numerosas inferências foram extraídas da teoria da Relatividade Geral. Foi apontado por vários pesquisadores que a equação fundamental da teoria admite soluções bastante peculiares que receberam o apelido de "buracos negros". Na sua essência, um buraco negro é uma região do espaço-tempo na qual atua um campo gravitacional tão forte que nada pode escapar, nem mesmo a luz. Obviamente buracos negros não podem ser observados diretamente, mas a procura

de indícios da sua presença no universo tem ocupado muitos astrônomos, inclusive do Instituto de Física da Ufrgs. Hoje parece haver consenso quanto à existência de buracos negros no centro das galáxias.

Outro fenômeno previsto pela Relatividade Geral são as ondas gravitacionais. A observação de tais ondas representaria para a teoria de Einstein algo análogo à descoberta por Hertz das ondas eletromagnéticas, que firmou definitivamente a teoria de Maxwell. Por isso, várias colaborações internacionais estão se dedicando a esta busca.

Desde o início da atividade científica, nenhum tópico tem fascinado a humanidade tanto quanto a cosmologia. No século 20, a Relatividade Geral estabeleceu-se como pilar central das investigações cosmológicas. Nas primeiras décadas do século, o universo era considerado globalmente estacionário, mas a teoria não admitia este tipo de solução. Isto levou Einstein a introduzir na sua equação um termo adicional, a "constante cosmológica". Quando, em torno de 1930, foi descoberto que o universo está na verdade em expansão, Einstein passou a considerar a introdução desta constante como o maior erro da sua vida. Mas nos últimos anos do século, acumularam-se indícios de aceleração na expansão do universo, o que pode ser explicado pela atribuição de um valor pequeno, mas não nulo, à constante cosmológica. Na verdade, a determinação observational do valor desta constante e a sua justificativa teórica constituem um dos principais temas da pesquisa atual em cosmologia.

Costuma-se conceber a Relatividade como uma disciplina de importância principalmente conceitual, mas deve-se notar que ela se tornou relevante também em várias aplicações tecnológicas. Para citar apenas um exemplo, o sistema de posicionamento global GPS exige medições de tempo tão precisas que correções tipicamente einsteinianas, tais como as influências do movimento e do potencial gravitacional, devem ser levadas em conta.

Voltamos ao ano de 1905 para lembrar outro passo de gigante dado por Einstein naquele ano, qual seja a introdução da famosa equação $E=mc^2$, a rela-

ção entre massa e energia. Até o fim do século 19, a massa era considerada uma propriedade imutável de cada elemento de matéria, e matéria não podia ser destruída nem criada. Ao reunir energia e massa numa única lei de conservação, Einstein vislumbrou a possibilidade de se consumir e criar matéria. Do ponto de vista estritamente científico, a mais notável ilustração desta idéia veio com a associação a cada partícula de uma antipartícula, que pode aniquilar-se com a partícula, produzindo radiação, ou ser criada junto com a partícula, em processos de alta energia.

Como todos sabemos, nem todas as aplicações da transformação de massa em energia inventadas pela humanidade foram favoráveis ao seu bem-estar. Apesar de ter sido um ardente defensor da paz no começo da segunda guerra mundial Einstein, solicitado por colegas menos prestigiosos e mais belicosos, assinou duas cartas recomendando ao Presidente Roosevelt o desenvolvimento acelerado da bomba atômica. Assim, Einstein contribuiu duplamente para a bomba, involuntariamente na juventude por um lance de genialidade, e voluntariamente na maturidade sob pressão das circunstâncias.

Mas ainda acreditamos que o uso pacífico da famosa equação de Einstein algum dia irá mais que compensar o seu uso destrutivo. O processo de fissão nuclear já está fazendo uma contribuição significativa, embora controversa, para o fornecimento mundial de energia. Muito recentemente, foi aprovada por um consórcio de nações a construção na França de um reator piloto, a fusão nuclear de porte adequado para produção rentável. Com este processo, o mesmo que faz o Sol brilhar, podemos esperar que o abastecimento energético da humanidade encontrará uma solução definitiva ainda neste século.

Nos seus 100 anos de vida, a Relatividade tem-se estabelecido como um dos pilares da ciência moderna e tem-se insinuado em vários outros campos da atividade humana, desde a filosofia até a tecnologia. Podemos ter certeza que os duzentos anos de Relatividade serão celebrados com mais empolgação ainda. Já podemos ir preparando a festa.

MOVIMENTOS SOCIAIS

As relações com a esfera pública

Os movimentos sociais de caráter nacional tendem a ser muito sensíveis às conjunturas políticas. Contudo, sua relação com o Estado, governos e sua presença mais, ou menos, ativa na esfera pública depende também da trajetória histórica e do amadurecimento político desses movimentos. É nessa direção que se pretende trazer algumas reflexões sobre a caminhada dos movimentos sociais, ou de alguns de seus segmentos mais visíveis na esfera pública, no Brasil, desde a luta contra a ditadura da década de 1960 até os dias atuais. Poderemos dividir esse período em quatro momentos e tipos de articulações principais, que nos permitem analisar a relação entre movimento social e esfera estatal.

Ilse Scherer-Warren *

Primeiro, a partir das reações da sociedade civil ao regime ditatorial, vai aos poucos se construindo e criando visibilidade um **movimento cívico** de resistência ao autoritarismo de Estado. Esse movimento emergia de várias mobilizações e organizações, destacando-se o denominado *movimento popular*, com base em iniciativas da Igreja progressista e da teologia da libertação, das CEBs e das pastorais, dos centros de educação popular (mais tarde denominadas de ONGs cidadãs) e de muitas organizações civis comunitárias; o *novo sindicalismo*, também conhecido como sindicalismo combativo, o qual veio posteriormente dar origem à CUT; e, finalmente, os *novos movimentos sociais*, organizados a partir das lutas identitárias feministas, ecologistas, pacifistas, étnicas, mas que para além de suas especificidades também se opunham ao autoritarismo estatal. Por isso, uma das diretrizes mais importantes era a *autonomia* política e organizacional dos movimentos em relação às estruturas estatais e governamentais. Muitos até concluíram que os movimentos de base "davam as costas ao Estado", mas muito mais do que a busca de uma separação nítida em relação ao governo, rejeitava-se o regime opressor e restritivo à participação popular em sua totalidade.

Segundo, a partir da democratização do regime político, vai-se constituindo o que denominamos de **movimento cidadão**, o qual visava a afirmação/regulamentação de direitos já conquista-

dos pela nova Constituição brasileira ou a criação de direitos de uma nova geração, baseado nas diferenças sociais ou diversidades culturais de segmentos sociais historicamente discriminados, desprivilegiados ou explorados. As normas e estatutos, baseados na nova legalidade democrática, estimulavam a institucionalização das organizações da sociedade civil. Há um aumento considerável do número de ONGs e do Terceiro Setor de responsabilidade social. Essas organizações vão fazer a mediação institucional entre as bases sociais mais vulneráveis e excluídas e a esfera governamental ou estatal, através do que passou a ser conhecido por *parcerias* entre a sociedade civil, o Estado e às vezes o mercado, como o que ocorre em muitos conselhos setoriais e/ou fóruns paritários. Parte dos antigos militantes ou lideranças dos movimentos cívicos vai buscar uma participação institucional estatal, tornando-se agente na política partidária ou atuando nos governos, o que facilitará o diálogo nas parcerias citadas. Estava-se, portanto, iniciando um momento de *institucionalização* das práticas da sociedade civil face à democratização.

Terceiro, já no novo milênio, a sociedade civil mais atuante, bastante confortável com seu papel no contexto de institucionalidade democrática, vê na figura de uma relevante liderança do histórico "novo sindicalismo", agora na chefia da nação, a possibilidade de canais de negociação mais diretos. Consolidam-se alguns espaços e criam-se novos espaços de participação e negociação entre Estado e sociedade civil organizada, como tem sido as Secretarias Especiais (com



status de ministério) dos Direitos Humanos, da Mulher, da Promoção da Igualdade Racial, da Economia Solidária, etc., as quais através de seus Conselhos Nacionais e desdobramentos em redes estatais e municipais, e de forma aglutinadora nas Conferências Nacionais vêm construindo plataformas específicas para a promoção da cidadania fruto das reivindicações e das mobilizações civis do **movimento institucionalizado**, a partir da diversidade dos setores sociais organizados. Entretanto, mesmo que haja alguns ganhos de participação nesses espaços, essa mesma sociedade civil, que traz a historicidade da militância nos movimentos sociais, sente-se insatisfeita com outros rumos da política governamental, ou com a timidez das conquistas na esfera social. Alguns esperavam que através de um projeto de tomada de poder chegar-se-ia a um projeto de transformação profunda e assim a um novo projeto de nação. A utopia de se ver representado no poder central começa a se ver ameaçada para muitos e, para outros, já

mais críticos, resgata-se a necessidade de uma diretriz de inequívoca autonomia dos movimentos sociais. Mas trata-se da mesma forma de autonomia do primeiro momento apontado acima? Certamente, não. E com isso chegamos ao quarto tipo de articulação, ainda emergente.

O movimento social atual vem cada vez mais se articulando sob a forma de redes, através de um modo de se constituir e fazer político mais descentralizado, com menos hierarquias organizacionais formais e através da busca de consensos possíveis, deixando as divergências e as demandas não consensuadas de organizações da rede, para as atuações autônomas daquelas. O Fórum Social Mundial (FSM), enquanto espaço articulatório dos movimentos e das redes, tem servido de inspiração para algumas dessas iniciativas. Por exemplo, O Fórum Brasileiro de Economia Solidária surgiu a partir do 3º FSM, em Porto Alegre. Mas quais são os atores desse movimento em rede, no Brasil?

Destaca-se nessa rede a presença de:

- **Organizações de base:** ONGs, associações civis/comunitárias, movimentos sociais de base local e nacional (como o MST) e cidadãos envolvidos com as causas sociais.

- **Organizações de articulação e mediação política:** fóruns

de representantes das organizações de base e de cidadãos engajados, associações nacionais de ONGs e terceiro setor, e redes de redes interorganizacionais de interesse público.

- **Mobilizações na esfera pública:** marchas no espaço público local, regional ou nacional (como foi recentemente a Marcha pela Reforma Agrária), campanhas de defesa da cidadania ("semana social", "Grito dos excluídos") ou em prol de direitos humanos ameaçados ou a serem conquistados.

O que vem a ser, então, a *rede de movimento social*? Trata-se da idéia de movimento social num sentido mais abrangente. Em outras palavras, a síntese articulatória ou a rede das redes do agir e pensar coletivo de vários atores apontados acima, a qual se define a partir de um princípio de identidade de interesses e valores no campo da cidadania, da construção de projeto/utopias comuns de mudança social e da definição de adversários a esses projetos de transformação.

O que está emergindo atualmente, enfim, é uma articulação nessa rede de movimento social que busca uma nova presença na esfera pública, uma presença de engajamento com as questões nacionais, mais de autonomia em relação à esfera governamental. Trata-se de empoderar e capacitar a sociedade civil para participar na esfera pública estatal, negociando e colocando os interesses e reivindicações da sociedade civil, e resguardando a autonomia de suas concepções e posicionamentos. Está, pois, emergindo um **movimento cidadão crítico**, já não mais com um projeto de poder para controle do Estado, mas com um projeto de *controle social pela cidadania* em relação às questões nacionais de interesse público, o que alguns denominam de projeto de nação. Para tanto, busca-se *radicalizar a democracia*, não abrindo mão de negociar suas demandas nos espaços governamentais e estatais, mas ao mesmo tempo, capacitando essa participação e fortalecendo os espaços próprios da sociedade civil organizada, desde os movimentos de base; através das articulações mediadoras (fóruns, associações e redes de redes); até as mobilizações de massa.

Foi nessa direção, que nesse momento de crise política no Brasil, uma articulação do movimento cidadão crítico lançou a "Carta ao Povo Brasileiro", a qual aponta para a necessidade de investigar, apurar e punir todas as formas de corrupção, mas ao mesmo tempo combater posições da elite conservadora brasileira, que se aproveitando da crise, pretende "destruir não só o governo e o PT (simbólica e politicamente), como também eliminar a sobrevivência de uma alternativa de esquerda na sociedade política nacional". Esse movimento crítico, visando empoderar de forma autônoma a sociedade civil, propõe mobilizar desde as bases dos movimentos sociais, através de todas as formas de campanhas e redes de mediação, participação de intelectuais e de outros setores progressistas e sindicais, chegando-se a uma grande mobilização de massas *contra à corrupção e pela participação popular*, ampliando assim o controle da cidadania em relação à esfera estatal. Esse movimento, ainda em construção, está propondo um nome e mote: "Movimento Democracia é com Ética - Corrupção a Gente Combate com Participação Popular".

* Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Professora da UFSC



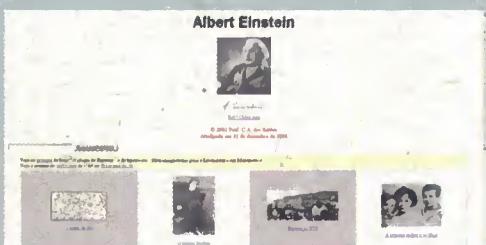
HIPERLINK

Música

www.brasileirinho.mus.br

Site com informações sobre chorinho e outros estilos de música popular brasileira. A página é editada pelo jornalista gaúcho Fábio Gomes e disponibiliza diversos *links* com artigos, fotos, charges, dicas, entrevistas, agenda cultural, clubes do choro existentes no País, entre outros. Os internautas também vão ficar informados sobre eventos que abordam a produção na música popular brasileira.

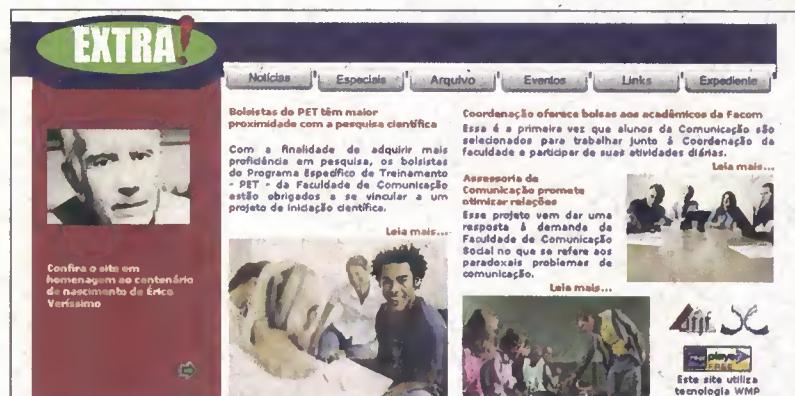
Teoria da Relatividade

www.if.ufrgs.br/einstein

O site reúne vasto material para pesquisa sobre o físico Albert Einstein e a Teoria da Relatividade, que este ano completa 100 anos. Com vários *links* disponíveis, a página eletrônica disponibiliza trabalhos especiais neste Ano Internacional da Física, que vão desde as biografias de Einstein, inclusive com fotos, até as publicações sobre esta teoria que revolucionou o pensamento humano.

ERICO VERRISSIMO - 100 ANOS

Viagem virtual pela VIDA E OBRA DO AUTOR



O site, desenvolvido por alunos de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reúne informações variadas sobre o escritor, que completaria 100 anos em 2005.

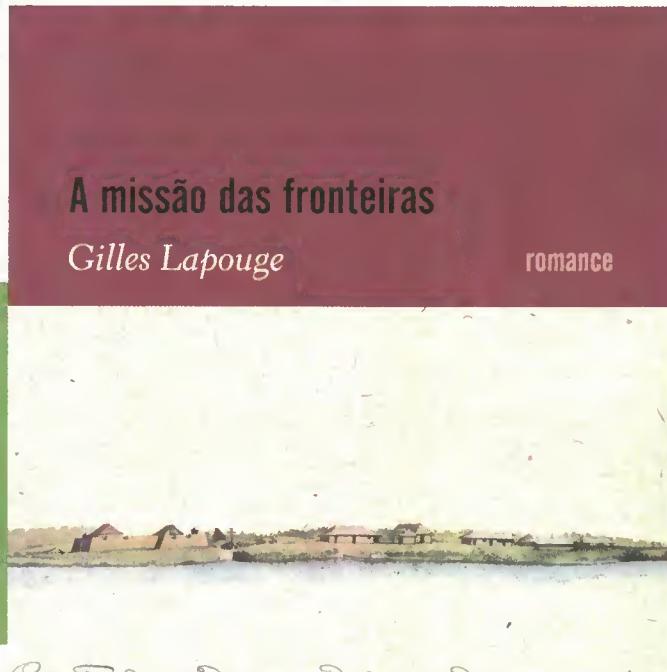
Quem navegar nessa página, poderá conferir a biografia de Erico Verissimo, opiniões de críticos e reportagens. A lista de obras do autor inclui trechos, descrições, resumos e comentários, fotos, trabalhos acadêmicos e publicações sobre Verissimo. Além disso, o internauta poderá participar de uma lista de discussão sobre a página. Entre os *links* que compõem o site, existe um, desenvolvido pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz), que disponibiliza uma visita virtual à casa onde Verissimo nasceu. No link "Visite a Casa de Erico Verissimo por Computador", o internauta vai fazer um passeio pela antiga residência do autor em Cruz Alta, podendo conhecer os diversos cômodos, onde hoje estão as salas Ana Terra, Antares e Tanio Santiago. No link da Unicruz também está disponível a biografia de Erico, fotos dele e da família, lista das obras do escritor e a programação do "Círculo Erico Em

Cena", que traz todas as atividades relacionadas ao centenário de Erico Verissimo no Rio Grande do Sul, incluindo palestras, mesas-redondas, programação teatral e outras atividades. Ainda nesta página está incluído o link "Centro Cultural CEEE Erico Verissimo", onde pode se conferir o roteiro especial sobre o centenário do autor. Na programação constam, entre outras, duas exposições bem interessantes. Uma delas que pode ser vista de 9 de agosto a 17 de dezembro é "O Sobrado", uma concepção do premiado cenógrafo Elcio Rossini, que recria o casarão de "O Tempo e O Vento". A outra é "Viagem à Aurora do Mundo", que inicia em setembro. Essa exposição terá originais de ilustrações para os livros infantis de Erico Verissimo, com as respectivas primeiras edições, acompanhadas de outros livros que mostram a trajetória das publicações e suas diferentes ilustrações.

www.extra.ufjf.br

AVVENTURA

A MISSÃO DAS FRONTEIRAS



de **Gilles Lapouge**
Tradução: Ana Montóia
e Ana Ban.
Editora Globo
376 páginas
R\$ 48,00

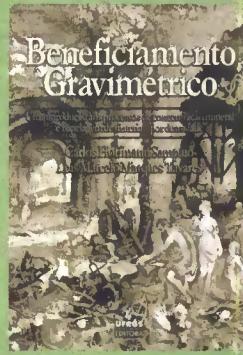
O mais recente romance de Gilles Lapouge é uma combinação de rigor histórico, humor, erudição e aventura. Com um estilo que reúne linguagem poética e capacidade de observação e descrição, a obra deste intelectual de 82 anos, é uma viagem ao século XVIII, pela Amazônia, São Luís do Maranhão e África Ocidental. O leitor vai conferir uma gama inesquecível de personagens e uma trama envolvida com os melhores momentos de realismo mágico hispano-americano. "A missão das fronteiras" pode ser dividido em três partes, identificadas com três diferentes cenários. Na primeira parte é narrada a aventura de uma tropa de soldados brancos e mamelucos (com escravos índios e negros) encarregada de levar uma estela (um marco) de três toneladas para a fronteira mais ocidental da América portuguesa, nos confins da Amazônia. Na segunda parte do livro, o autor mostra uma cidade contrária ao poder constituído, de políticos desinteressados da coisa pública e padres

devassos. Para pôr fim à desordem, surge o novo bispo, monsenhor Timóteo do Sacramento, que se mostra um perseguidor implacável dos inimigos, sejam eles os "infieis" acantonados em Belém do Grão-Pará, sejam os que freqüentam as suas próprias igrejas. A terceira e última parte do romance narra uma insólita viagem de um grupo de personagens em direção a África, a bordo de um navio repleto de escravos, uns por alforria, outros por fuga. Lapouge é um escritor e jornalista muito conhecido no Brasil. Desde 1951 é colaborador do jornal *O Estado de São Paulo* e, além de "A Missão das Fronteiras", já publicou "Equinociais" e o livro eletrônico "A Amazônia". A crítica especializada define a obra de Lapouge como "um convite à viagem pela literatura e pelo mundo".

LEIA TAMBÉM

BENEFICIAMENTO GRAVIMÉTRICO

Uma introdução aos processos de concentração mineral e reciclagem de materiais por densidade



Carlos Hoffmann Sampaio
Luís Marcelo Marques Tavares
Editora Ufrgs
601 páginas
R\$ 52,00

A obra é dirigida aos profissionais e alunos que atuam com a técnica de beneficiamento gravimétrico e tratamento de minérios. No livro, a concentração gravimétrica, uma das mais antigas e mais baratas formas de concentração mineral, é abordada como um processo que vem crescendo devido aos novos procedimentos e equipamentos introduzidos no mercado.

IDENTIDADE EXPROPRIADA

Retrato do Educador Brasileiro



Juçara Maria Dutra Vieira
Editora CNTE
80 páginas
R\$ 5,00

A obra traça um perfil das condições de vida e de trabalho dos educadores brasileiros. Com essa obra, a autora pretende auxiliar na formulação de políticas públicas que atendam as reivindicações de formação qualificada, valorização profissional e aumento de recursos financeiros para a educação.

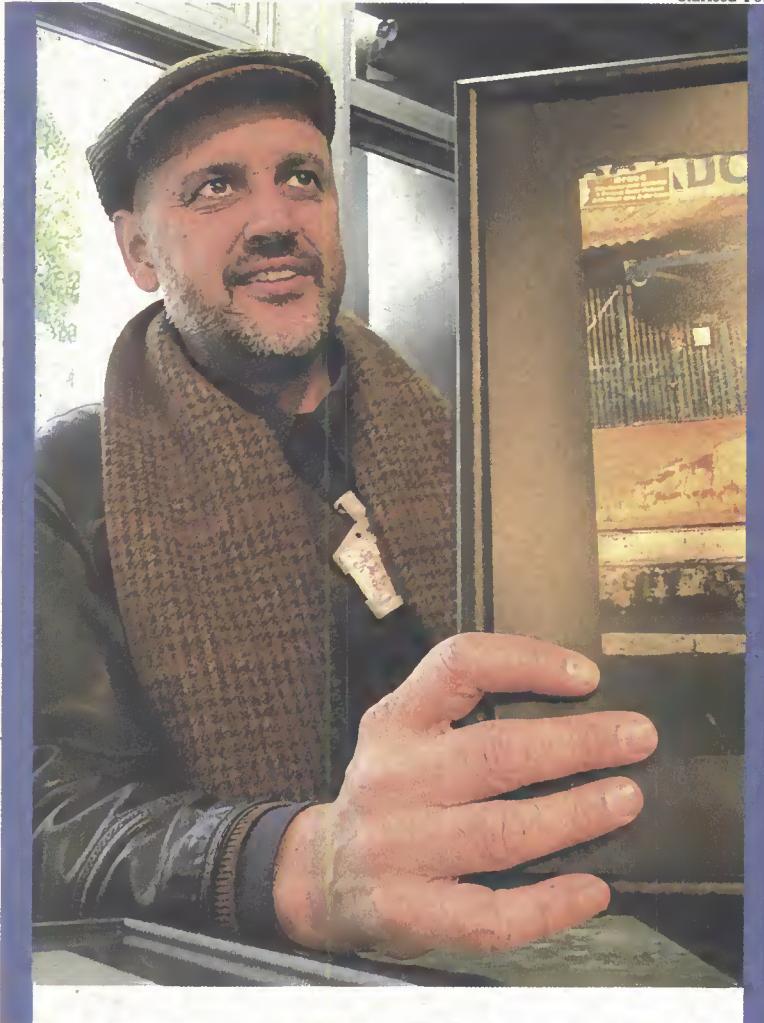
Próxima Parada

Estações em Trânsito

O cotidiano de Porto Alegre, suas paisagens e seus habitantes em cada estação do ano, vistos das paradas de ônibus, é o tema da exposição de fotos "As Estações", de Leonardo Melgarejo, que desde julho percorre vários espaços da Capital.

por Nara Branco

Clarissa Pont



Trata-se de um trabalho que, de acordo com a interpretação do próprio autor, procura mostrar a parada de ônibus como uma moldura natural da cidade. Melgarejo inclusive faz uma relação entre as estações do ano e as paradas de ônibus, buscando na memória a infância em Alegrete, sua cidade natal. "Em Alegrete qualquer parada de ônibus era chamada de estação, daí o trocadilho", explica.

Melgarejo lembra de quando ganhou sua primeira câmera fotográfica, aos 15 anos, e começou a fotografar. "No início eu só fotografava a família, depois fui me interessando por outras imagens, comecei a ler tudo sobre fotografia. Sou fotógrafo por prazer há mais de 30 anos, mas quero me qualificar mais", revela o artista que, na verdade, tem formação em agronomia.

E para um "guri do Alegrete", que se tornou autodidata em fotografia, Melgarejo tem um currículo respeitável se dedicando à documentação de eventos sociais de massa, com ênfase para a questão do campo, e de uma maneira especial, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É colaborador do jornal Brasil de Fato, do jornal Sem Terra e da revista Sem Terra, além de publicações de organizações populares articuladas pela Via Campesina, como os movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o próprio MST.

Além disso, também tem participado de publicações dirigidas às organizações sociais e realizado mostras de fotografia, tanto individuais como coletivas, entre elas "Reforma Agrária" (1998 - 2002), "Agricultura Familiar" (2002), "Cuba" (2002), "A Arte nos Muros de Porto Alegre" (2002), "Enquanto isso - A Posse de Lula, Sem Credenciais" (2003), "Vinte Anos de MST" (2004) e o "Fórum Social Mundial" (2005).



Liberdade

No atual projeto, financiado pela Secretaria Municipal da Cultura através do Funproarte, Melgarejo trouxe algo novo: a relação das estações do ano com a indumentária, estado de espírito e posturas das pessoas sobre determinadas situações. "As fotos têm uma lógica entre si, pois muitas paradas foram fotografadas novamente a cada estação e revelam que as pessoas vão até onde as condições delas permitem e de acordo com o clima. Embora o centro da cidade se apresente como um destino comum, as origens dos passageiros, seus bairros, marcam vidas distintas, tanto que as oportunidades reservadas aos que vêm de determinados ambientes definem trajetórias que podem ser identificadas nas roupas, nos horários de lotação das linhas e nas fisionomias dos passageiros, como se cada grupo pertencesse a uma tribo diferente", explica.

O fotógrafo destaca que, como o projeto foi financiado pelo Funproarte, ele teve total liberdade de criação, sem regras. "Vi coisas maravilhosas, como um cachorro que seguia seus donos até a parada, coisa que pensei que só acontecesse no interior", relata. A característica desta mostra é o enquadramento, o que Melgarejo relaciona com seu hábito de ler revistas em quadrinhos. "Trabalho muito com enquadramento e nesta mostra conto a história em fotos, em quadros, e, às vezes, existe até uma sequência", detalha.

A exposição reúne 40 de um total de 100 fotos feitas durante um ano e meio. "Fotografava antes de ir para o trabalho, depois do horário de serviço e nos finais de semana", conta. As 100 fotos estão reunidas em um livro de 84 páginas que, além das imagens, contém textos e poesias sobre o tema e está à venda na Bamboletras, no shopping Olaria, a R\$ 20 o exemplar.

A mostra "As Estações" fica na sede do Conselho Tutelar Glória - Cruzeiro, até 16 de setembro, das 8h às 18h (Moab Caldas, 125). Interessados em sediar a exposição podem entrar em contato com o fotógrafo através do telefone (51) 9806-4379.



Instituto Mosap processa Estado Brasileiro

O Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), formalizou denúncia de violação aos direitos humanos dos aposentados e pensionistas brasileiros junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). A entidade solicita que seja reconhecida a violação de direitos humanos pelo Estado Brasileiro, que instituiu cobrança de contribuição previdenciária desses servidores. Na recente reunião do Mosap, com presença da Adufrgs e mais 36 sindicatos de servidores públicos, os advogados fizeram um relato do *status* do processo, informando que a CIDH deverá solicitar ao governo brasileiro que suspenda a referida cobrança e restitua as contribuições pagas, acrescidas de juros e correção monetária. Caso o governo brasileiro não atenda à solicitação (o que é pouco provável), o tribunal internacional da OEA deverá emitir sentença no mesmo sentido.

Servidores públicos ganham coordenação na CUT

Seminário da CUT, ocorrido em São Paulo entre 5 e 7 de agosto, aprovou a criação de um órgão de coordenação dos servidores públicos, integrado à estrutura administrativa da CUT e que deverá ser implementado imediatamente pela direção da central. Durante o encontro, que reuniu representantes de sindicatos de servidores públicos ligados à CUT, entre os quais a Adufrgs, discutiu-se a política econômica do governo brasileiro, além de se iniciar uma ação de coordenação dos referidos sindicatos. Para o presidente da CUT Nacional, João Antonio Felício, a longa trajetória da central em defesa dos direitos dos servidores está intimamente ligada à luta por um serviço público de qualidade.

Biodiesel em debate

A CUT-RS promove no dia 22 de setembro, às 9h, em Três de Maio, Seminário Estadual sobre Biodiesel. A atividade conta com o apoio da Prefeitura Municipal daquele município e da Cooperativa Cotrimaio. Está previsto para as 9h30min o painel "As Estratégias da Agricultura Familiar e os Usos do Biodiesel/Desafios para Inclusão Social com Desenvolvimento Sustentável", com Altemir Tortelli, coordenador geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul); Temistócles Neto, coordenador da

Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNMA/CUT); Alberto Ercílio Broch, 1º vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e representantes da Cotrimaio e Copercana.

À tarde, das 14h às 17h será realizado o painel "Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel", com David Turik Chazan, coordenador executivo do Prodiesel-RS; Arnaldo Campos, coordenador geral de agregação de valor e renda/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); José Carlos Miragaya, gerente de Energia Renovável da Petrobrás e Ricardo Dornelles, diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis e Uso do Biodiesel/Ministério das Minas e Energia (MME).

Mídia e Poder

Documento final do I Encontro Nacional de Direitos Humanos, que aconteceu no mês de agosto em Brasília, propõe políticas públicas voltadas à garantia de uma mídia plural que respeite e incorpore as diversidades racial, étnica, cultural e sexual. A avaliação final de grande parte das entidades da sociedade civil foi bastante positiva, apesar da ausência de segmentos importantes da luta pelos direitos humanos. Para acessar a carta na íntegra, acesse www.crisbrasil.org.br ou www.eticanatv.org.br.

Comunicação

O Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte da Adufrgs será reativado. Segundo o professor Lúcio Hagemann, 2º vice-presidente da Adufrgs, a idéia é mobilizar a comunidade universitária para a realização de projetos de exposição de arte e concursos temáticos de literatura e poesia. O GT está aberto à participação de todos os interessados. As datas das reuniões serão divulgadas na página da Adufrgs (www.adufrgs.org.br)

Bancos nacionais lucram mais que norte-americanos

Balanço do primeiro semestre de 2005 confirma a liderança dos bancos nacionais no ranking da rentabilidade. Bradesco e Itaú, os dois maiores bancos privados brasileiros, lucraram duas vezes mais do que conglomerados como o Citigroup, JP Morgan Chase e Bank Of América. Segundo analistas, os resultados obtidos pelas instituições nacionais são fruto dos juros recordes e do aumento do crédito disponível. Essa conjuntura explica o aumento da rentabilidade, que se refere à relação entre o lucro e o patrimônio de uma empresa.

Bienal do Mercosul

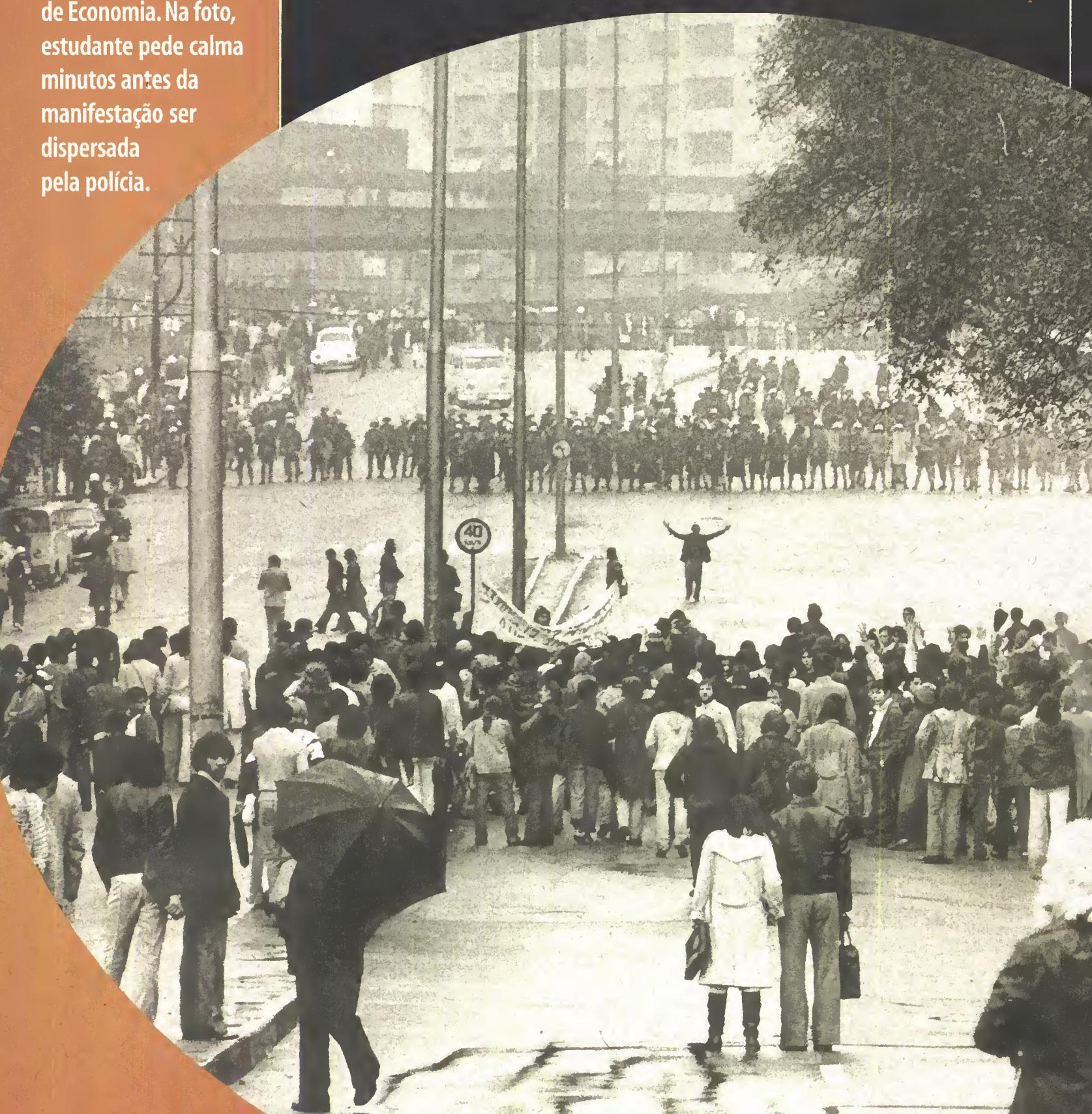
Entre 30 de setembro e 4 de dezembro, a 5ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul promete movimentar Porto Alegre. Com o tema "Histórias da Arte e do Espaço", a exposição representará sete países latino-americanos (Brasil, Argentina, México, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai). Os palcos das exposições serão o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs), o Santander Cultural, a Usina do Gasômetro, o Cais do Porto, o Largo Glênio Peres, o Paço dos Açorianos e a orla do Guaíba. Este ano, o brasileiro Amílcar de Castro, falecido em 2002, será o artista homenageado no evento. Suas obras estarão presentes em seis exposições, em cinco espaços diferentes.

1977

Manifestação de estudantes contra a Ditadura Militar na avenida João Pessoa, em frente à Casa do Estudante e à Faculdade de Economia. Na foto, estudante pede calma minutos antes da manifestação ser dispersada pela polícia.

a história de quem faz

Foto Abelardo Marques





Seção Sindical da ANDES/SN
ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS